



CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
2868	30/09/2014	<i>[Assinatura]</i>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

OF. Nº 1.262/2014

MOCOCA, 30 de setembro de 2014.

Assunto: Encaminha projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício de 2015.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em obediência ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, para apreciação e votação por parte dos membros dessa Egrégia Casa, projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício de 2015.

A elaboração do projeto obedeceu às normas constitucionais em vigor e à legislação pertinente, particularmente a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, bem como as Instruções e Portarias reguladoras editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda.

Os programas e ações constantes do projeto estão perfeitamente compatíveis com os demais instrumentos da sistemática de planejamento orçamentário, consoante dispõe o art. 165 da Constituição Federal.

O projeto de lei orçamentária ora encaminhado à apreciação dessa Casa Legislativa observa os *Programas* concebidos no Plano Plurianual para o período 2014/2017, elaborado nos termos do art. 165, § 1º, da Magna Carta, e classificações definidas pelas normas editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda.

Este projeto foi preparado em um ambiente em que as condições econômico-financeiras não permite vislumbrar grande crescimento econômico. Mococa, assim como os demais municípios da região, deverá sofrer os reflexos do viés recessivo da economia brasileira, cujos soluços se esboçam em 2014. O presente projeto de Lei Orçamentária levou em conta a realidade da conjuntura, o exame pormenorizado das receitas possíveis e as inexoráveis despesas. Ressalte-se que os investimentos estimados estão atrelados, em sua maioria, a emendas parlamentares ou dos governos estadual e Federal, porque do tesouro próprio municipal, as receitas ficam por conta da manutenção da máquina administrativa e operacional, restando pouca coisa, quase nada, para investimentos de infraestrutura.

Cumpre-me informar ainda, que há esforços em andamento, no sentido da arrecadação do município andar, pelo menos, ao ritmo do crescimento das despesas. Neste sentido, o Executivo de tomado medidas para aprimorar o sistema de fiscalização, melhorado a capacidade de administrar gastos da máquina administrativa e operacional, com a racionalização dos custos.

1. The first part of the document is a list of names and their corresponding dates. The names are listed in the first column, and the dates are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Smith, and Bob Johnson. The dates are: 1/1/2020, 2/1/2020, and 3/1/2020.

2. The second part of the document is a table with two columns. The first column is labeled 'Name' and the second column is labeled 'Date'. The table contains the following data:

Name	Date
John Doe	1/1/2020
Jane Smith	2/1/2020
Bob Johnson	3/1/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Adicionalmente aos comentários anteriores e atendendo ao solicitado pelo art. 22, I¹, da Lei federal nº 4.320/64, apresento, abaixo, demonstrativos referentes às dívidas consolidada e fluante do município; e a restos a pagar inscritos e ainda não pagos, bem como a outros compromissos financeiros exigíveis: (Tabelas 1 e 2).

Na Tabela 3, apresento as receitas estimadas para 2015, que foram sintetizadas neste quadro, para facilitar uma análise preliminar.

Tabela 1

DÍVIDA CONSOLIDADA Posição em 31.08.2014 – Em R\$ 1,00	
Especificação	Saldo Devedor (*)
Dívida Contratada (Projeto Cura)	R\$ 7.113.745,27
Subtotal	
Outras Dívidas – Acordos	R\$ 89.421.207,67
TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 96.534.952,94

(*) exclui valores inscritos em restos a pagar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 2

DÍVIDA FLUTUANTE Posição em 31.08.2014 – Em R\$ 1,00	
Especificação	Valor em R\$
Restos a Pagar (inclusive serviço da dívida)	5.745.041,28
Outras (PASEP)	2.948.608,24
Depósitos (cauções)	270.419,57
Sub total	8.964.069,09
Débitos de Tesouraria	953.021,27
Subtotal	953.021,27
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	9.917.090,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 3

RECEITA	VALOR em R\$
Imp. sobre a Propr. Predial e Territ. Urbana.....	10.000.000,00
Imp. sobre a Transm. Inter-Vivos de Bens Imóveis.....	2.200.000,00
Imp. sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	8.800.000,00
Imposto de Renda Retido na Fonte.....	2.300.000,00
Outras Taxas.....	1.161.000,00
Receita Patrimonial.....	542.800,00
Receita de Serviços.....	226.532,63
Cota Parte do FPM.....	28.654.784,85
Cota Parte do Imp.Territorial Rural.....	390.000,00
Cota Parte do ICMS.....	40.000.000,00
Cota Parte do IPVA.....	8.750.000,00
Cota Parte do IPI – s/exportação	300.000,00
Transf. do Fundeb.....	17.000.000,00
Outras Receitas Correntes.....	5.378.000,00
Demais Receitas (*).....	44.289.622,40
(-) Dedução de Receita para Formação do Fundeb	15.419.000,00
Total	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

	(*)	
Emendas		9.640.000,00
Transf. da União para Saúde		23.149.500,00
Transf. da União para Educação		4.260.000,00
Transf. do Estado para Saúde		294.000,00
Transf. do Estado para Educação		2.900.000,00
Transf. da União para Desenv. Social e Habitação		984.800,00
Transf. do Estado para Desenv. Social e Habitação		338.322,40
Outras Transf. da União		2.533.000,00
Transf. Financ. ICMS des. LC 87/96		170.000,00
Outras Transf. do Estado		20.000,00
Total		44.289.622,40

Importante destacar que para a realização das estimativas da receita foram observadas as normas constantes do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo específico integrante do projeto de lei, tudo com base na metodologia de cálculo e premissas utilizadas, a seguir descritas:

IPTU - Levamos em consideração que há um histórico de inadimplência em relação a arrecadação deste imposto. Este quesito pesou na elaboração da estimativa, embora o Executivo não se furtará de tomar todas as providências para reverter este quadro.

ITBI - Na estimativa deste imposto, levamos em consideração que há um "desaquecimento" no mercado imobiliário, que poderá refletir em 2015.

I.S.S. - Fizemos uma projeção baseado na arrecadação do primeiro semestre de 2014, com levantamento médio de cada mês. A partir deste dado, pudemos constatar que a arrecadação, embora melhore um pouco no segundo semestre, é insuficiente para traçarmos uma expectativa de aumento substancial em relação a 2014.

I.R.R.F. - Tivemos o cuidado de estabelecer uma estimativa mais modesta em relação a 2014, utilizando a mesma metodologia.

Taxas - Os valores estimados não diferem muito dos previstos em 2014. Exceto pela "Taxa de Bombeiros" que é compulsória e cobrada junto com o IPTU, as demais foram calculadas pelo histórico de 2013 e pelos valores do primeiro semestre de 2014.

Receita Patrimonial – Fizemos uma estimativa mais realista. As receitas sob esta rubrica é resultado da remuneração pelo sistema bancário dos recursos depositados enquanto aguarda a efetiva utilização, conforme determina a lei. Em 2013 o resultado foi perto de R\$ 500.000,00. Em 2014 irá ultrapassar este valor. Para 2015 fixamos valor similar ao esperado para 2014.

Receitas de Serviços – Utilizamos como método a evolução da receita em 2014. Algumas receitas são difíceis de se fazer uma estimativa porque depende de demandas específicas, mas as oscilações, se ocorrerem devem ser positivas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

F.P.M - Os valores estimados estão embutidos a previsão de repasse de 1% referente a emenda 55/2007. Mesmo assim, fomos impelidos, pelo estudo do histórico, a estimar um valor ligeiramente menor do que o previsto em 2014, em face do comportamento dos últimos anos. O valor estimado para 2015 está 16% superior ao realmente recebido em 2013. Acrescentemos aqui um dado relevante. As variações dos últimos anos são instáveis. A variação de 2010 para 2011 esteve na casa dos 23%, enquanto que a variação de 2011 para 2012 esta variação, sempre positiva, não chegou a 3%. Reconhecemos também que não foi possível aprofundarmos no estudo destas variações, embora possamos inferir que a variação abrupta, se levarmos em consideração a inflação anual, esteve ligada a reestimativa populacional. A variação de 2012 para 2013 esteve próxima dos 8%.

I.T.R – Em decorrência dos valores arrecadados no primeiro semestre de 2014(muito pequeno) e valores de 2013, estimamos valor menor para 2015, em relação a 2014.

I.C.M.S – A estimativa de arrecadação deste imposto, fruto de repasse estadual, esteve ligado a constatação que houve uma redução de valor transferido no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Valor significativo. Há em curso uma discussão sobre a legalidade desta medida, o que impede de estimar valores mais substanciais para 2015. Comparado a 2014 o valor está abaixo do previsto, mas superior 3% ao efetivamente arrecadado em 2013.

I.P.V.A – O aumento relevante da frota de veículos permite uma visão mais otimista e em consequência, estimar valores maiores para 2015. Este critério esteve corroborado pelo crescimento uniforme de 2013 e pelos valores arrecadados no primeiro semestre de 2014.

I.P.I (exportação) – Os valores estimados para 2015 não deverão sofrer grandes alterações em relação a 2013 e 2014. Pelo menos é o que indica o andar das arrecadações até o momento.

FUNDEB – Como não há previsão para 2015 de mudanças substanciais no número e no perfil das faixas etárias dos estudantes, fizemos uma estimativa semelhante a 2013 e 2014.

Demais Receitas – Pesou neste quesito para uma estimativa maior em 2015, as emendas parlamentares e dos governos estadual e federal, novos programas de Saúde Pública e aporte maior do governo estadual para os convênios ligados a “Educação”.

Na proposta que estamos apresentando, o mandamento constitucional que determina a aplicação de, pelo menos, 25% das receitas resultantes de impostos na *manutenção e no desenvolvimento do ensino* está sendo observado, conforme demonstrativos em anexo, que mostram, também, as demais vinculações legais existentes em favor do ensino. (Tabelas 4 e 5)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 4

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	RECEITA BRUTA em R\$	%	A APLICAR em R\$
Imposto s/Prop. Predial e Terr. Urbano	10.000.000,00	25	2.500.000,00
Imposto s/ Transm. Inter vivos de Bens Imov.	2.200.000,00	25	550.000,00
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	8.800.000,00	25	2.200.000,00
Imposto de Renda Retido na Fonte.....	2.300.000,00	25	575.000,00
Imposto s/ Serviços (Simples Nacional)	1.400.000,00	25	350.000,00
Dívida Ativa de Impostos.....	2.760.000,00	25	690.000,00
Multas e Juros s/ Dívida Ativa e Impostos	950.000,00	25	237.500,00
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	28.654.784,85	25	7.163.696,21
Cota Parte do Imposto Territorial Rural.....	390.000,00	25	97.500,00
Cota Parte do ICMS.....	40.000.000,00	25	10.000.000,00
Cota Parte do IPVA.....	8.750.000,00	25	2.187.500,00
Cota Parte do IPI s/exportação	300.000,00	25	75.000,00
Compensação Financeira LC 87/96 (Lei Kandir)	170.000,00	25	42.500,00
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-15.419.000,00		-15.419.000,00
SUB-TOTAL	91.255.784,85		11.249.696,21
Outras Receitas Vinculadas ao Ensino:			
Transferências da QEMSE (Salário Educação).....	2.700.000,00	100	2.700.000,00
Outras Transferências da União vinculadas ao ensino	1.560.000,00	100	1.560.000,00
Rendimento de Aplicação Financeira das Contas Decendiais	29.000,00	100	29.000,00
Receita recebida do FUNDEB	17.000.000,00	100	17.000.000,00
Rendimento de Aplicação Financeira do FUNDEB	45.000,00	100	45.000,00
TOTAL MÍNIMO A SER APLICADO NO ENSINO			26.668.696,21

18



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 5

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	VALOR em R\$
APLICAÇÕES, CONFORME ART. 212 DA CF	
Creche	5.634.500,00
Pré-Escolar.....	4.645.000,00
Regular	3.810.000,00
Transporte de Alunos.....	679.000,00
Obras e Instalações	200.000,00
Diretoria Departamento de Educação	1.514.000,00
SUBTOTAL	16.482.500,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB	17.000.000,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA QEMSE (Salário Educação)	2.700.000,00
APLICAÇÕES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – Ensino	1.560.000,00
APLICAÇÕES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO – Ensino	2.900.000,00
TOTAL APLICADO NO ENSINO (*)	40.642.500,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	26.668.696,21

(*) Exceto a manutenção do Ensino Médio que custará ao Município R\$ 1.324.000,00

Ao preparar sua proposta, o Executivo obedeceu ao dispositivo constitucional constante da EC nº 53/2006, vinculando os recursos do Fundeb na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na educação infantil, assim como as demais vinculações legais existentes.

No que respeita às *ações e serviços públicos de saúde*, o município tem por obrigação destinar, em 2015, pelo menos 15% das receitas de impostos, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.827/2012. Os demonstrativos 6 e 7 a seguir comprovam o atendimento a esse mandamento legal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

TABELA 6

IMPOSTOS	RECEITA BRUTA em R\$
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	10.000.000,00
Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis	2.200.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	8.800.000,00
Imposto sobre Serviços (Simples Nacional)	1.400.000,00
	2.300.000,00
Imposto de Renda Retido na Fonte	
Dívida Ativa dos Impostos	2.760.000,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa e Impostos	950.000,00
Multas e Juros s/ Dívida Ativa da Taxa de Vig.Sanitária	50.000,00
Multas e Juros s/Taxa de Vigilância Sanitária	10.000,00
Dívida Ativa da Taxa de Vigilância Sanitária	30.000,00
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	28.654.784,85
Cota Parte do Imposto Territorial Rural	390.000,00
Cota Parte do IPI s/Exportações	300.000,00
Cota Parte do Imposto s/ Circ. de Mercadorias (ICMS)	40.000.000,00
Cota Parte do Imposto s/ a Prop. de Veículos Automotores (IPVA)	8.750.000,00
Transferência LC 87/96 – Lei Kandir	170.000,00
Total das receitas de impostos vinculados às ações e serv.pub.saúde	106.764.784,85

1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$$f(x) = \frac{1}{x} \int_0^x f(t) dt$$

for $x > 0$.

It is

known

that the function $f(x)$ is

continuous and

differentiable for $x > 0$.



.

.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 7

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR em R\$
Fundo Municipal de Saúde	11.290.000,00
Atenção Básica	5.140.000,00
Média Alta Complexidade	5.119.760,00
Vigilância em Saúde	1.141.000,00
Assistência Farmacêutica	122.000,00
Gestão SUS	40.000,00
TOTAL A SER APLICADO	22.852.760,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	15.987.717,73

Os recursos orçamentários do Município serão aplicados segundo as tabelas 8 e 9, que mostram a sua distribuição por órgão e por função de governo:

Tabela 8

DESPESA POR ÓRGÃOS:	VALOR em R\$
Câmara Municipal.....	1.965.000,00
Gabinete do Prefeito.....	1.796.000,00
Assessoria de Planejamento.....	185.000,00
Assessoria Jurídica.....	851.000,00
Departamento Administrativo.....	6.583.000,00
Departamento Financeiro.....	5.396.000,00
Departamento de Obras.....	5.520.000,00
Departamento de Serviços Públicos.....	10.610.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Departamento de Saúde.....	47.236.260,00
Departamento de Educação.....	48.890.300,48
Departamento de Esportes.....	1.970.345,00
Pátio (Manutenção da frota).....	2.393.580,00
Departamento de Trânsito.....	1.725.000,00
Departamento de Cultura.....	4.014.250,00
Departamento de Gestão e Desenvolvimento.....	107.000,00
Departamento de Desenvolvimento Social e habitação	7.305.504,40
Departamento de Agricultura.....	2.424.500,00
Inativos e Pensionistas.....	3.200.000,00
Encargos Especiais	2.301.000,00
Reserva de contingência	100.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Tabela 9

DESPESA POR FUNÇÃO	VALOR em R\$
01 – LEGISLATIVA	1.965.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	17.204.580,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	1.215.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.085.504,40
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.200.000,00
10 – SAÚDE	47.236.260,00
12 – EDUCAÇÃO	48.890.300,48
13 – CULTURA	4.014.250,00
15 – URBANISMO	14.915.000,00
16 – HABITAÇÃO	220.000,00
20 – AGRICULTURA	2.424.500,00
22 – INDÚSTRIA	107.000,00
26 – TRANSPORTE	1.725.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	1.970.345,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	2.301.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Na definição das despesas a serem incluídas no orçamento, apresentadas de forma agregada nas duas tabelas anteriores, o primeiro critério adotado por meu governo foi o de cumprir as exigências contidas na legislação pertinente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, como a limitação dos gastos com pessoal do Executivo e do Legislativo, obedecido, neste caso, também, os limites fixados pelo artigo 29-A da Constituição Federal; destinação de recursos para o pagamento do serviço da dívida de modo a obedecer aos limites legais constantes de Resolução do Senado Federal; cumprimento de sentenças judiciais e pagamento de outras despesas de caráter obrigatório. O segundo critério foi o de destinar recursos para manutenção de todos os serviços atualmente prestados à comunidade e realização de investimentos que possibilitem a ampliação e melhoria dos mesmos. Quanto aos projetos, a prioridade foi a de garantir recursos para o prosseguimento daqueles já iniciados e para a manutenção do patrimônio público municipal para, depois, destinar recursos para novos projetos.

Com relação aos fundos especiais, para os efeitos do art. 2º, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, a discriminação de suas receitas faz parte do quadro geral de receitas integrante do presente projeto. Os planos de aplicação estão definidos segundo unidades orçamentárias criadas para cada fundo existente no município.

A propositura prevê os instrumentos de ajuste do orçamento, por meio do mecanismo correspondente, ou seja, a abertura de créditos adicionais suplementares, cujo pedido de autorização foi incluído neste projeto.

O projeto contempla reserva de contingência nos montantes definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos em que dispõe art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal

Com esta exposição espero ter oferecido aos Senhores Vereadores todas as informações de que necessitam para bem compreender o conteúdo da proposta ora submetida à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

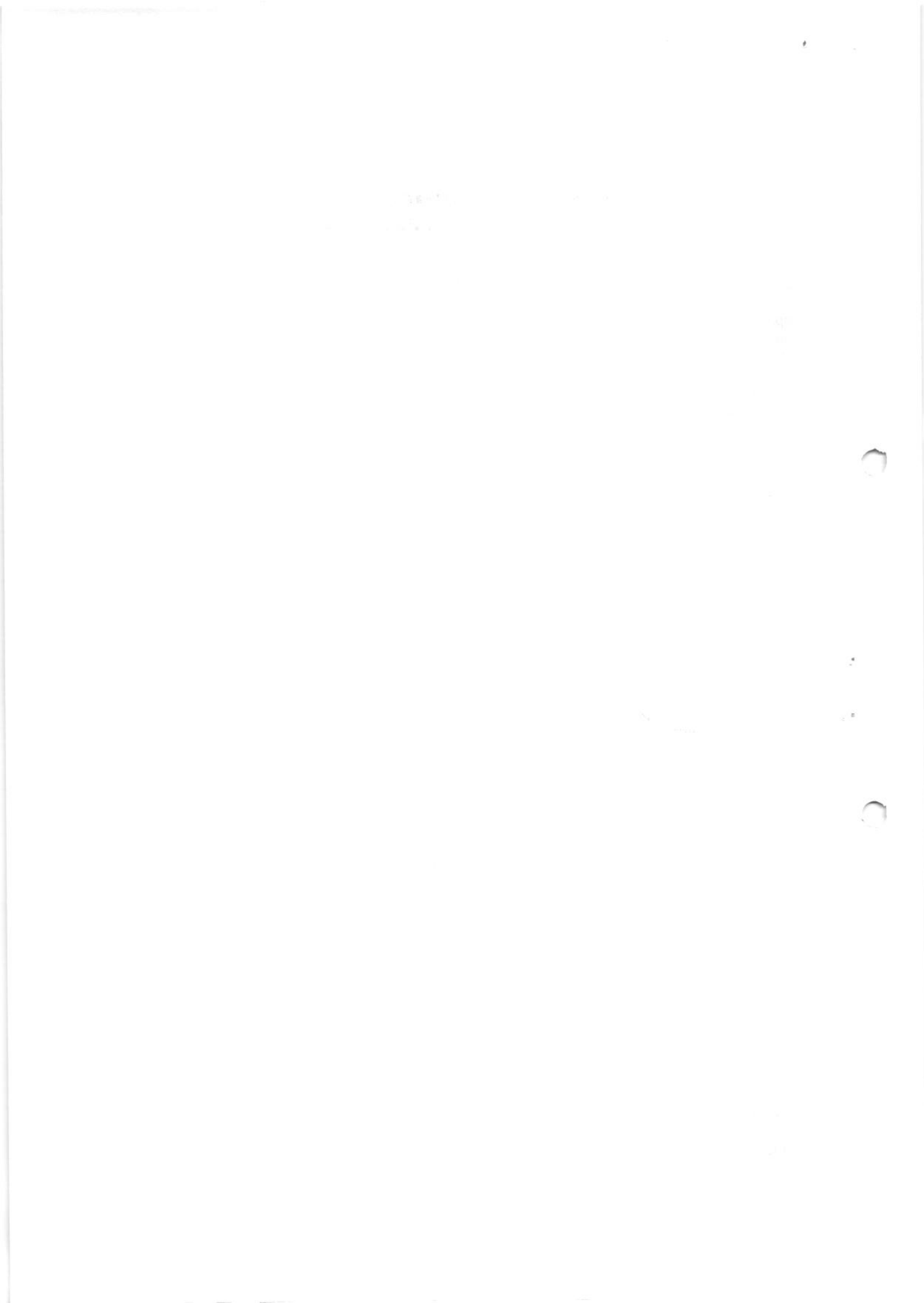
Por outro lado, permaneço à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e reafirmo a certeza de que os Senhores Edis saberão dar ao projeto a atenção a que faz jus, por ser o mais importante instrumento de implementação das ações que o Município realiza para bem servir sua população.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos ilustres Senhores Vereadores os meus protestos da mais alta consideração.

Atenciosamente.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.
GUILHERME DE SOUZA GOMES
DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa
MOCOCA – SP





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº ⁰¹¹ DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2015.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO, Prefeita Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia, aprovou Projeto de lei nº/2014, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas)

DATE 10/10
OFFICE
2 FT



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

Art. 2º – A receita orçamentária é estimada na forma dos seguintes quadros: Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação; Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e se desdobra em:

I - R\$ 126.638.635,48 (Cento e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 27.935.104,40 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 3º – A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Receitas Correntes			
Receita Tributária	24.306.000,00	155.000,00	24.461.000,00
Receita Patrimonial	325.500,00	217.300,00	542.800,00
Receita de Serviços	226.350,63	0,00	226.350,63
Transferências Correntes	89.558.784,85	24.766.804,40	114.325.589,25
Outras Receitas Correntes	4.328.000,00	1.950.000,00	6.278.000,00
Sub-total	118.744.635,48	27.089.104,40	145.833.739,88
Receitas de Capital			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Transferências de Capital	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Sub-total	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Deduções da Receita	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Sub-total	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Total Geral	126.638.635,48	27.935.104,40	154.573.739,88

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 4º – A despesa é fixada na forma dos **Anexo 6**(Programa de Trabalho); **Anexo 7**(Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); **Anexo 8**(Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e **Anexo 9**(Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88(Cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), na seguinte conformidade:

I- R\$ 97.051.975,48 (Noventa e sete milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II- R\$ 57.521.764,40 (Cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 5º – A despesa fixada está assim desdobrada:

I – Por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais	50.456.300,48	17.049.000,00	67.505.300,48
Juros e Encargos da Dívida	800.000,00	0,00	800.000,00
Outras Despesas Correntes	30.424.345,00	38.497.664,40	68.922.009,40
Sub-total	81.680.645,48	55.546.664,40	137.227.309,88
Despesas de Capital			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Investimentos	13.905.330,00	1.975.100,00	15.880.430,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.366.000,00	0,00	1.366.000,00
Sub-total	15.271.330,00	1.975.100,00	17.246.430,00
Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
Total Geral	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

II - Por Órgãos de Governo:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01.01	Corpo Legislativo	1.965.000,00		1.965.000,00
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.796.000,00		1.796.000,00
02.03	Departamento de Planejamento	185.000,00		185.000,00
02.04	Assessoria Jurídica	851.000,00		851.000,00
02.05	Departamento Administrativo e Dependências	6.583.000,00		6.583.000,00
02.06	Departamento de Finanças e Dependências	5.396.000,00		5.396.000,00
02.07	Departamento de Obras	5.520.000,00		5.520.000,00
02.08	Departamento de Serviços Públicos	10.610.000,00		10.610.000,00
02.09	Departamento de Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
02.11	Departamento de Educação	48.890.300,48		48.890.300,48
02.12	Departamento Esporte, Recreação e Lazer	1.970.345,00		1.970.345,00
02.13	Departamento Pátio Municipal	2.393.580,00		2.393.580,00
02.15	Departamento de Trânsito	1.725.000,00		1.725.000,00
02.16	Departamento Cultura e Turismo	4.014.250,00		4.014.250,00
02.19	Departamento de Gestão e Desenvolvimento	107.000,00		107.000,00
02.20	Encargos Gerais dos Municípios	2.301.000,00	3.200.000,00	5.501.000,00
02.21	Departamento Desenvolvimento Social e Habitação	5.015.504,40	2.290.000,00	7.305.504,40
02.22	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	2.424.500,00		2.424.500,00
02.99	Reserva de Contingência	100.000,00		100.000,00
		101.847.479,88	52.726.260,00	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

III - Por Funções:

Despesa Total por Função:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Legislativa	1.965.000,00	0,00	1.965.000,00
04	Administração	17.204.580,00	0,00	17.204.580,00
06	Segurança Pública	1.215.000,00	0,00	1.215.000,00
08	Assistência Social	0,00	7.085.504,40	7.085.504,40
09	Previdência Social	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
10	Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
12	Educação	48.890.300,48	0,00	48.890.300,48
13	Cultura	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
15	Urbanismo	14.915.000,00	0,00	14.915.000,00
16	Habitação	220.000,00	0,00	220.000,00
20	Agricultura	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
22	Indústria	107.000,00	0,00	107.000,00
26	Transporte	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
27	Desporto e Lazer	1.970.345,00	0,00	1.970.345,00
28	Encargos Especiais	2.301.000,00	0,00	2.301.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Total	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Fica a Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

I – até o limite de 20 % (vinte por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º. No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I. necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

II. vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III. destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV. destinado ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de $\frac{1}{3}$ (Um terço) da receita prevista para o exercício;

Art. 8º – Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º – As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único – As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 10 – As transferências financeiras da Administração Direta para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 11 – Para atender as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 4320, farão parte desta Lei, além dos descritos no artigos 3º e 4º, os seguintes anexos: **Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo; Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1); Quadro das dotações por Órgãos do Governo e da Administração; Quadro Demonstrativo do Programa Anual de Trabalho do Governo; Resumo Geral Receita (Anexo 2); Natureza da Despesa (Anexo 2) Consolidação Geral; Demonstrativo do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; Quadro de Relação de Atividades; Quadro de relação de Projetos; Quadro de Relação de Unidades Orçamentárias; Quadro Demonstrativo da Despesa; Quadro de Plano de Aplicação; Quadro Natureza da Despesa-Consolidação por órgão e Quadro de detalhamento da Despesa.**

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 30 de setembro de 2014.

APROVADO
Em _____ Sessão por _____
Em _____ Sessão por _____
APPROVADO
GUILHERME DE SOUZA GOMES
PRESIDENTE

MARIA EDNA GOMES MAZIERO

Prefeita Municipal

APROVADO

Em _____ Discussão por _____

Sessão _____ / 2.0

GUILHERME DE SOUZA GOMES
PRESIDENTE



GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CUBA

MINISTRY OF THE INTERIOR

IN THE NAME OF THE PEOPLE

Resolution No. 100, of the 10th of January, 1960

Whereas the Government of the Republic of Cuba has the honor to receive from the Government of the United States of America a letter of invitation to the 1960 Inter-American Conference on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders, to be held in Havana, Cuba, from January 15 to 25, 1960;

And whereas the Government of the Republic of Cuba has the honor to accept the invitation of the Government of the United States of America to the 1960 Inter-American Conference on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders;

And whereas the Government of the Republic of Cuba has the honor to accept the invitation of the Government of the United States of America to the 1960 Inter-American Conference on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders, to be held in Havana, Cuba, from January 15 to 25, 1960;

Art. 1.- The Government of the Republic of Cuba has the honor to accept the invitation of the Government of the United States of America to the 1960 Inter-American Conference on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders, to be held in Havana, Cuba, from January 15 to 25, 1960.

Art. 2.- The Government of the Republic of Cuba has the honor to accept the invitation of the Government of the United States of America to the 1960 Inter-American Conference on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders, to be held in Havana, Cuba, from January 15 to 25, 1960.

APPROVADO

El Presidente de la Republica

1960

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CUBA

APPROVADO

El Presidente de la Republica

1960

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CUBA



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº. 1.103/2014.

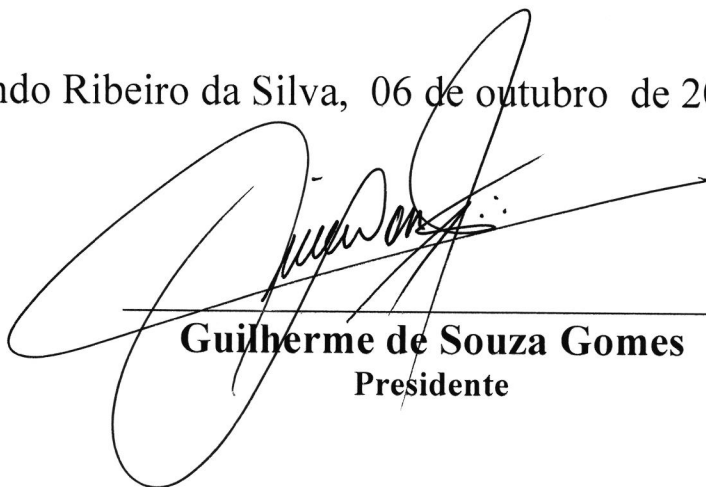
PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL.

DESPACHO

Ciente Srs. Vereadores quanto ao encaminhamento da matéria. Nos termos do art.272, do Regimento Interno, determino a publicação do presente Projeto de Lei; bem como, que o mesmo permaneça à disposição dos Nobres Vereadores na Sala das Comissões.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 06 de outubro de 2014.



Guilherme de Souza Gomes
Presidente



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Fls 1

E D I T A L

Guilherme de Souza Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Mococa, em cumprimento ao disposto no artigo 272, da Resolução nº09, de 28 de Dezembro de 1992, torna público o Projeto de Lei nº077, de 30 de setembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2.015.

“PROJETO DE LEI Nº077, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2015.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO, Prefeita Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia, aprovou Projeto de lei nº/2014, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas)

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I -
Da estimativa da receita

Art. 2º – A receita orçamentária é estimada na forma dos seguintes quadros: Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação; Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos, que fazem parte

1



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 2

integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e se desdobra em:

I - R\$ 126.638.635,48 (Cento e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 27.935.104,40 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 3º – A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Receitas Correntes			
Receita Tributária	24.306.000,00	155.000,00	24.461.000,00
Receita Patrimonial	325.500,00	217.300,00	542.800,00
Receita de Serviços	226.350,63	0,00	226.350,63
Transferências Correntes	89.558.784,85	24.766.804,40	114.325.589,25
Outras Receitas Correntes	4.328.000,00	1.950.000,00	6.278.000,00
Sub-total	118.744.635,48	27.089.104,40	145.833.739,88
Receitas de Capital			
Transferências de Capital	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Sub-total	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Deduções da Receita	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Sub-total	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Total Geral	126.638.635,48	27.935.104,40	154.573.739,88

Seção II
Da fixação da despesa

Art. 4º – A despesa é fixada na forma dos **Anexo 6**(Programa de Trabalho); **Anexo 7**(Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); **Anexo 8**(Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e **Anexo 9**(Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88(Cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), na seguinte conformidade:

I- R\$ 97.051.975,48 (Noventa e sete milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II- R\$ 57.521.764,40 (Cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 3

Art. 5º – A despesa fixada está assim desdobrada:

I – Por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais	50.456.300,48	17.049.000,00	67.505.300,48
Juros e Encargos da Dívida	800.000,00	0,00	800.000,00
Outras Despesas Correntes	30.424.345,00	38.497.664,40	68.922.009,40
Sub-total	81.680.645,48	55.546.664,40	137.227.309,88
Despesas de Capital			
Investimentos	13.905.330,00	1.975.100,00	15.880.430,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.366.000,00	0,00	1.366.000,00
Sub-total	15.271.330,00	1.975.100,00	17.246.430,00
Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
Total Geral	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

II - Por Órgãos de Governo:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01.01	Corpo Legislativo	1.965.000,00		1.965.000,00
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.796.000,00		1.796.000,00
02.03	Departamento de Planejamento	185.000,00		185.000,00
02.04	Assessoria Jurídica	851.000,00		851.000,00
02.05	Departamento Administrativo e Dependências	6.583.000,00		6.583.000,00
02.06	Departamento de Finanças e Dependências	5.396.000,00		5.396.000,00
02.07	Departamento de Obras	5.520.000,00		5.520.000,00
02.08	Departamento de Serviços Públicos	10.610.000,00		10.610.000,00
02.09	Departamento de Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
02.11	Departamento de Educação	48.890.300,48		48.890.300,48
02.12	Departamento Esporte, Recreação e Lazer	1.970.345,00		1.970.345,00
02.13	Departamento Pátio Municipal	2.393.580,00		2.393.580,00
02.15	Departamento de Trânsito	1.725.000,00		1.725.000,00
02.16	Departamento Cultura e Turismo	4.014.250,00		4.014.250,00
02.19	Departamento de Gestão e Desenvolvimento	107.000,00		107.000,00
02.20	Encargos Gerais dos Municípios	2.301.000,00	3.200.000,00	5.501.000,00
02.21	Departamento Desenvolvimento Social e	5.015.504,40	2.290.000,00	7.305.504,40



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 4

	Habitação			
02.22	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	2.424.500,00		2.424.500,00
02.99	Reserva de Contingência	100.000,00		100.000,00
		101.847.479,88	52.726.260,00	154.573.739,88

III - Por Funções:

Despesa Total por Função:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Legislativa	1.965.000,00	0,00	1.965.000,00
04	Administração	17.204.580,00	0,00	17.204.580,00
06	Segurança Pública	1.215.000,00	0,00	1.215.000,00
08	Assistência Social	0,00	7.085.504,40	7.085.504,40
09	Previdência Social	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
10	Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
12	Educação	48.890.300,48	0,00	48.890.300,48
13	Cultura	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
15	Urbanismo	14.915.000,00	0,00	14.915.000,00
16	Habitação	220.000,00	0,00	220.000,00
20	Agricultura	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
22	Indústria	107.000,00	0,00	107.000,00
26	Transporte	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
27	Desporto e Lazer	1.970.345,00	0,00	1.970.345,00
28	Encargos Especiais	2.301.000,00	0,00	2.301.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Total	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Fica a Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Fls 5

art. 4º; e

I – até o limite de 20 % (vinte por cento) da despesa total fixada no

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º. No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I. necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

II. vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III. destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida”, até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV. destinado ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de 1/3 (Um terço) da receita prevista para o exercício;

Art. 8º – Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º – As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único – As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 10 – As transferências financeiras da Administração Direta para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 11 – Para atender as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 4320, farão parte desta Lei, além dos descritos no artigos 3º e 4º, os seguintes anexos: **Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo; Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I);**



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 6

Quadro das dotações por Órgãos do Governo e da Administração; Quadro Demonstrativo do Programa Anual de Trabalho do Governo; Resumo Geral Receita(Anexo 2); Natureza da Despesa(Anexo 2)Consolidação Geral; Demonstrativo do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; Quadro de Relação de Atividades; Quadro de relação de Projetos; Quadro de Relação de Unidades Orçamentárias; Quadro Demonstrativo da Despesa; Quadro de Plano de Aplicação; Quadro Natureza da Despesa-Consolidação por órgão e Quadro de detalhamento da Despesa.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 30 de setembro de 2014.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO
Prefeita Municipal”

Para que ninguém alegue ignorância, publique-se o presente Edital pela imprensa local, no site www.camaramococa.sp.gov.br, bem como no quadro de Editais da Câmara Municipal de Mococa, sendo estas duas últimas acompanhadas dos respectivos anexos.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 07 DE OUTUBRO DE 2014.



GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente

O destaque

Geral

Perguntar Não Ofende

A questão da água envolve o Brasil inteiro, ou boa parte. A falta de chuva esvaziou os reservatórios, e isso não ocorre apenas na capital, várias cidades da região estão com as torneiras secas. Mococa é um caso a parte. Não houve, segundo consta, não haverá racionamento pois a vazão no Rio Canoas que abastece o município, está normal.

Quando se fala em São Paulo e no Estado de São Paulo, é preciso falar também da transposição do Rio São Francisco no Nordeste, assunto que gerou muita polêmica, que desabrigou muitos brasileiros sem contar a falta de renda para as famílias que viviam da pesca.

Muito bem, a situação por causa das hidrelétricas é grave e, esta semana, no programa Voz do Brasil, do governo federal foi afirmado que o Rio São Francisco está agonizando. O que significa isso? O grande Rio São Francisco está secando e ninguém comenta nada sobre isso.

Nível de emprego

O número de empregos deve aumentar neste trimestre por conta das encomendas para o final do ano. Embora sejam empregos provisórios, se a economia der sinal de melhora, muitos provisórios poderão ser efetivados. Após o 2º turno das eleições, será possível desenhar o cenário da economia e a geração de empregos em 2015.

ANIVERSÁRIO

Dia 24, sexta-feira: Tayná Gregório Romero, Edis Bernardes, João Paulo da Silva, Nelson de Sá, Dulcineia Fátima de Almeida, Claudia Maria Valdecioli, Felipe G. Dias, Conceição Aparecida Moraes Maziero, Jefferson Luiz Granito, Euzé Maria Prini Dias, Edvaldo Santolim, Antonio Celso Desuê, Tânia Aparecida Lippi, Fátima Regina Pinheiro Paniza e Jorge Dabbus.

Dia 25, sábado: Ivone da Silva, Roberto Rivelino de Oliveira, Regina Borges Barbosa, Carlos Augusto dos Santos, Marcia Inês dos Reis, Elaine Cristina Vibrio, Daniela de Andrade, Regina Aparecida Cândido, Mary Nogueira da Silva Figueiredo, Rogério Ribeiro Pizzo, Maria Alice Soares Carvalho, Antonio Carlos Catoso e Yara Micheli Dias.

Dia 26, domingo: os gêmeos João Pedro e Luiz Fernando Morelli; Antonio Carlos Martins Assa, Maria Ferreira (d. Nêna) Rodrigues, Isoldina Bento da Silva Maziero, Antonio Carlos Rafael Filho, Oswaldo Aparecido (Manjado) Marques, Luiz Antonio Bernini, Neodina Canesqui Bonturi, Márcio José Maciel,

Ozila da Silva Boiani, Sueli Vitor Goulart de Moraes, Daniela Lima Andrade, Francisco (Chicão) Donizeti Zefirino e Vanderlei Ribeiro Cireli.

Dia 27, segunda-feira: Ana Paula Sukadolnik Fávoro Vacciloro, Laura Brisighello Valério, Rosana de Fátima Santos, Marcos Fogarin, Guilherme Gustavo de Moraes, Jussara Pazotti, Luiz Armando Peres, Edmundo Migliari, Aguiinaldo César Anacleto, José Roberto Finardi e Lucia Chiquinho Priori.

Dia 28, terça-feira: Gabilena de Castro Pereira dos Santos, Cleusa Regina Tosti de Freitas, Regina Aparecida Jorge, Eliana Ravelli, Rosa de Fátima M. Dias, Arur Antônio das Neves, Michele Borges de Paula, Ana Lucia Pereira Lima Rehder, José Carlos Fávoro, Antonio Carlos Dias, José Donizeti Santurano, Rafael Luiz Zanchi Piunti, José Andrade de Oliveira, engenheiro José Aguialdo Pourrat Amato, economista Augusto Amato, Albino Serra, Maria Cristina dos Santos, Cibele Ferreira, Carolina de Castro, João Alberto Flaith C. Barros e Germane Eloisa Messias.

Dia 29, quarta-feira: Vera Lucia de Souza Oliveira Pinto, Ana Lucia de Sisto, Wesley Andréia de Freitas, Bruna de Castro Geraldo, Heloisa Pereira Lima Rehder, Luciana Monteiro Dias, Benedita Aparecida de Carvalho Machado, João Gabriel Ulian, Guilherme de Lima e Silva, Domingos Nilo Ricardo Pagotto Junior, Santo de Sisto, professora Célia Inez Correia Rehder, Maria Fernanda Bernardes Scarparo, Antonio Divino Franco, Elizabeth Mussarra, Regina Aparecida Fernandes Pereto e Vanessa Cristina Pessina.

Dia 30, quinta-feira: Maria Helena Ferraz Lima Dias, Julia Caroline G. Garatini, Luana Layssa Soares Ludovico, Vinicius Laguna Alvarenga, Maria de Lourdes Zefirino Lima, João Carlos Thomaz, Theresinha Gresspan Boarati, Mauro José Luz Braga, Sofia Helena Molle, Ana Rita Ulian, Almiros Meneghetti, Marcelo Ricardo Maciel, Magda Machado Pereira Lima, Marisa Pedrassi, Emilia Carmem Turmes Prini, Adolpho Garmel Marobi, Vera Ribeiro Lima de Toledo e Ademir Xavier Dias.

COMUNIDADE MISSIONÁRIA PROVIDÊNCIA SANTÍSSIMA

2º Encontro Espiritual das Famílias de Fé
Tema Principal: "Família - Projeto de Deus Criador e Redentor"

Dia 16 de novembro, domingo, no Convento São José em Mococa

Início às 08h30 e término às 17h00, com a celebração da Santa Missa.

Email: encontrocomps@hotmail.com

Para mais informações (19) 3656-1056

O valor da inscrição é de R\$ 30,00 (por casal) e deverá ser pago no dia do evento, na entrada do Convento São José.

Endereço novo

O restaurante Hashi, comida oriental, está de casa nova. O novo endereço, na Rua Estêvão Ribeiro, 19 - Centro, oferece melhores condições de receber um público bem maior, sem contar que a casa tem apresentado shows para a galera morrer de rir.

Câmara Municipal de Mococa

EDITAL

Guilherme de Souza Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Mococa, em cumprimento ao disposto no artigo 272, da Resolução nº09, de 28 de Dezembro de 1992, torna público o Projeto de Lei nº077, de 30 de setembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2015.

"PROJETO DE LEI Nº077, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2015. MARIA EDNA GOMES MAZIERO, Prefeita Municipal de Mococa, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia aprovou Projeto de lei nº/2014, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único - As categorias econômica e de programação correspondente, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas)

CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

Art. 2º - A receita orçamentária é estimada na forma dos seguintes quadros: Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação; Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e se desdobra em:

I - R\$ 126.638.635,48 (Cento e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 27.935.104,40 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 3º - A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Receitas Correntes			
Receita Tributária	24.306.000,00	1.55.000,00	24.461.000,00
Receita Patrimonial	325.500,00	217.300,00	542.800,00
Receita de Serviços	226.330,63	0,00	226.330,63
Transferências Correntes	82.558.784,85	24.766.904,40	107.325.689,25
Outras Receitas Correntes	5.228.000,00	1.950.000,00	7.178.000,00
Sub-total	119.744.835,48	27.935.104,40	147.679.939,88
Receitas de Capital			
Transferências de Capital	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Sub-total	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Despesas da Receita			
Despesas Correntes	856.000,00	44.000,00	900.000,00
Sub-total	856.000,00	44.000,00	900.000,00
Total Geral	126.638.635,48	27.935.104,40	154.573.739,88

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 4º - A despesa é fixada na forma dos Anexos 6 (Programa de Trabalho); Anexo 7 (Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); Anexo 8 (Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e Anexo 9 (Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), na seguinte conformidade:

I - R\$ 97.051.975,48 (Noventa e sete milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 57.521.764,40 (Cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte um

mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 5º - A despesa fixada está assim desdobrada:

I - Por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais	50.456.300,48	17.049.000,00	67.505.300,48
Juros e Encargos da Dívida	800.000,00	0,00	800.000,00
Outras Despesas Correntes	33.424.345,00	38.487.884,40	68.922.209,40
Sub-total	81.680.645,48	55.536.884,40	137.217.529,88
Despesas de Capital			
Investimentos	13.905.330,00	1.975.100,00	15.880.430,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.366.000,00	0,00	1.366.000,00
Sub-total	15.271.330,00	1.975.100,00	17.246.430,00
Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
Total Geral	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

II - Por Órgãos de Governo:

Código	Descrição	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Cabeça Legislativa	1.965.000,00	0,00	1.965.000,00
02	Manutenção do Poderes do Executivo e Dependências	1.704.000,00	0,00	1.704.000,00
03	Departamento de Planejamento	165.000,00	0,00	165.000,00
04	Assessoria Jurídica	687.000,00	0,00	687.000,00
05	Departamento Administrativo e Dependências	5.585.000,00	0,00	5.585.000,00
06	Departamento de Finanças e Dependências	5.066.000,00	0,00	5.066.000,00
07	Departamento de Obras	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
08	Departamento de Serviços Públicos	10.614.000,00	0,00	10.614.000,00
09	Departamento de Saúde	0,00	47.736.260,00	47.736.260,00
10	Departamento de Educação e Cultura	46.890.400,48	0,00	46.890.400,48
11	Departamento Especial - Recreação e Lazer	1.670.345,00	0,00	1.670.345,00
12	Departamento Plano Municipal	2.361.560,00	0,00	2.361.560,00
13	Departamento de Trânsito	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
14	Departamento de Cultura e Turismo	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
15	Departamento de Gestão de Pessoas	167.000,00	0,00	167.000,00
16	Departamento de Meio Ambiente	2.361.560,00	0,00	2.361.560,00
17	Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação	5.015.504,40	2.266.000,00	7.281.504,40
18	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
19	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
20	Total	101.847.479,88	57.521.764,40	154.573.739,88

III - Por Funções:

Despesa Total por Função:

Código	Descrição	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Legislação	1.965.000,00	0,00	1.965.000,00
02	Administração	17.204.580,00	0,00	17.204.580,00
03	Segurança Pública	1.215.000,00	0,00	1.215.000,00
04	Assessoria Social	0,00	1.985.104,40	1.985.104,40
05	Previdência Social	0,00	3.264.000,00	3.264.000,00
06	Saúde	0,00	47.736.260,00	47.736.260,00
07	Educação	48.890.400,48	0,00	48.890.400,48
08	Cultura	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
09	Urbanismo	14.915.000,00	0,00	14.915.000,00
10	Habitat	220.000,00	0,00	220.000,00
11	Agricultura	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
12	Indústria	107.000,00	0,00	107.000,00
13	Transporte	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
14	Desporto e Lazer	1.670.345,00	0,00	1.670.345,00
15	Encargos Especiais	2.361.560,00	0,00	2.361.560,00
16	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
17	Total	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I - até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e

II - até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º - No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei; e

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos

grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de 1/3 (Um terço) da receita prevista para o exercício;

Art. 8º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 10 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 11 - Para atender as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 4320, farão parte desta Lei, além dos descritos no artigos 3º e 4º, os seguintes anexos: Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo; Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo II); Quadro das dotações por Órgãos do Governo e da Administração; Quadro Demonstrativo do Programa Anual de Trabalho do Governo; Resumo Geral Receita (Anexo 2); Natureza da Despesa (Anexo 2); Consolidação Geral; Demonstrativo do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; Quadro de Relação de Atividades; Quadro de relação de Projetos; Quadro de Relação de Unidades Orçamentárias; Quadro Demonstrativo da Despesa; Quadro de Plano de Aplicação; Quadro Natureza da Despesa - Consolidação por órgão e Quadro de detalhamento da Despesa.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 07 de setembro de 2014.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO

Prefeita Municipal

Para que ninguém alegue ignorância, publique-se o presente Edital pela imprensa local, no site www.camaramococa.sp.gov.br, bem como no quadro de Editais da Câmara Municipal de Mococa, sendo estas duas últimas acompanhadas dos respectivos anexos.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 07 DE OUTUBRO DE 2014.

GUILHERME DE SOUZA GOMES

Presidente

PORTARIA Nº 06, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

GUILHERME DE SOUZA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Mococa, no uso de suas atribuições e na forma da lei:

NOMEIA, a partir de 22 de outubro de 2014, a servidora ELAINE CRISTINE SOUZA CARVALHO, brasileira, divorciada, portadora da C.T.P.S. nº 81073, série 00193-SP, Cédula de Identidade RG nº 26.817.677-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 252.483.258-97, para ocupar o emprego em comissão de COORDENADOR PEDAGÓGICO, nos termos da Lei Municipal nº 4.431/2014, considerado de confiança, com remuneração relativa à referência 10 da tabela própria de vencimentos da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Mococa, 22 de outubro de 2014.

GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº. 1.103/2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL.

DESPACHO

Nos termos do §1º, do art. 272, do Regimento Interno da Câmara Municipal, encaminho o presente Projeto de Lei à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Mococa, ____ de ____ de 2014.



Guilherme de Souza Gomes
Presidente



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROCESSO Nº. 1.103/2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL.

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 03 / 11 / 2014.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 07 / 11 / 2014.

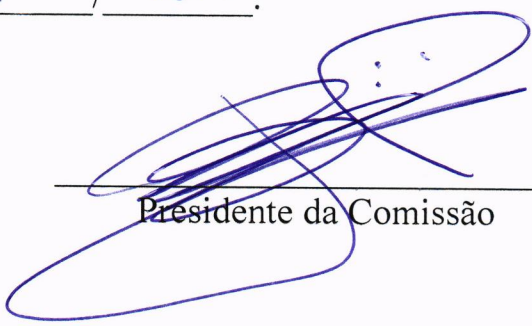


Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Eduardo Bernis.

DATA DA NOMEAÇÃO: 07 / 11 / 2014.



Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROCESSO Nº. 1.103/2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL.

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 07 / 11 / 2014.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 10 / 11 / 2014.



Relator



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Ofício nº.787/2014-CMM

Mococa, 09 de outubro de 2014.

Desconsiderando o Ofício nº 752/2014-CMM, protocolado no dia 07/10/2014.
Ref.: Ofício nº 1.262/2014

EXMA. SR^a. PREFEITA:

Analizando o projeto referente à *Lei Orçamentária Anual deste Município para 2015*, encaminhado via ofício em epígrafe, constatamos que não foram observados os parâmetros da **Lei Municipal nº 4.365, de 22 de novembro de 2013**, que dispõe sobre nosso **Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017**, notadamente em relação às receitas destinadas à manutenção do Poder Legislativo.

Com efeito, contrariando aquela peça orçamentária, bem como a **Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2014**, desta Casa de Leis, que fixam a receita deste Poder em R\$ 2.748.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais) para o exercício de 2015, o projeto apresentado a reduz para somente R\$ 1.965.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil reais), valor ainda menor que a receita deste ano, o que não podemos admitir em nenhuma hipótese, eis que a medida inviabilizaria nosso plano de trabalho, prejudicando iniciativas salutaras, tais como a operabilidade da Escola do Legislativo.

Aliás, não há justificativa plausível para essa redução, uma vez que a receita estimada no projeto (R\$ 154.573.739,88) ainda é maior do que a consignada no PPA (R\$ 148.138.951,50). Se fosse o contrário até poderia fazer sentido.

Assim, considerando que a iniciativa em matéria orçamentária pertence ao Poder Executivo, estamos solicitando as adequações necessárias, para que seja respeitado o Plano Plurianual, sobretudo em relação aos valores destinados ao Poder Legislativo.

Nesta oportunidade, reitero nossos protestos de consideração e apreço.


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente da Câmara Municipal

À Excelentíssima Senhora
Maria Edna Gomes Maziero
DD. Prefeita Municipal de
Mococa – SP


WILMA FERRACCIOLLI
Secretária Executiva do Gabinete

9/10/14

Edifício “Dra. Esther de Figueiredo Ferraz”

Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa - SP
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: camaramococa@yahoo.com.br



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Mococa, 1º de outubro de 2014.

OFÍCIO Nº 752/2014 CMM

Ref.: Ofício nº 1.262/2014

EXMA. SRª. PREFEITA:

Analisando o projeto referente à *Lei Orçamentária Anual deste Município para 2015*, encaminhado via ofício em epígrafe, constatamos que não foram observados os parâmetros da **Lei Municipal nº 4.365, de 22 de novembro de 2013**, que dispõe sobre nosso **Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017**, notadamente em relação às receitas destinadas à manutenção do Poder Legislativo.

Com efeito, contrariando aquela peça orçamentária, bem como a **Resolução nº 05, de 12 de agosto de 2014**, desta Casa de Leis, que fixam a receita deste Poder em R\$ 2.748.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais) para o exercício de 2015, o projeto apresentado a reduz para somente R\$ 1.965.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil reais), valor ainda menor que a receita deste ano, o que não podemos admitir em nenhuma hipótese, eis que a medida inviabilizaria nosso plano de trabalho, prejudicando iniciativas salutares.

Aliás, não há justificativa plausível para essa arbitrária redução, uma vez que a receita estimada no projeto (R\$ 154.573.739,88) ainda é maior do que a consignada no PPA (R\$ 148.138.951,50). Se fosse o contrário até poderia fazer sentido.

Assim, considerando que a iniciativa em matéria orçamentária pertence ao Poder Executivo, estamos devolvendo a propositura para que, procedendo-se às adequações necessárias, seja respeitado o Plano Plurianual, sobretudo em relação aos valores destinados ao Poder Legislativo.

Nesta oportunidade, reitero nossos protestos de consideração e apreço.


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente da Câmara Municipal

À Excelentíssima Senhora
Maria Edna Gomes Maziero
DD. Prefeita Municipal de
Mococa – SP


WILMA FERRACCIOLLI
Secretária Executiva do Gabinete

7/10/14





CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
3003	17/10/2014	Me

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567
Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Ofício nº 1.315/2014

MOCOCA, 15 de outubro de 2014.

Ref.: Ofício 787/2014

Senhor Presidente:

Em atenção ao ofício supracitado, vimos, mui
respeitosamente, fazer as seguintes considerações:

a) Vossa Excelência alega que a LOA 2015 estaria em desacordo com o PPA - Plano Plurianual para o período de 2014 - 2017, aprovado conforme Lei nº 4.365, de 22-11-2013. Realmente os valores estão diferentes, tanto os referentes às despesas como os referentes às receitas. Tomamos o cuidado de participar a essa Douta Câmara os motivos destas reestimativas, por meio do ofício nº 10.66, de 20-08-2014, e em mais duas oportunidades, ou seja em duas Audiências Públicas realizadas nas dependências da Câmara, uma no dia 08-08-2014 e outra no dia 16-09-2014.

b) No entanto, em relação à dúvida técnica, cumpre-nos esclarecer que o PPA é peça que estabelece programas e metas para o quadriênio; três anos do governo que está entrando e mais um ano do governo que assumirá. Contém valores estimados para todo o arquétipo de programas e metas de todos os anos subsequentes. Mas, a própria concepção e a natureza do processo estão suscetíveis à reestimativa de valores. Isto é válido para receitas e despesas. O legislador teve em mente que era preciso que a Administração tivesse um norte a guiar suas ações, mas seria tecnicamente impossível “engessar” os números.

c) Em outro trecho do ofício, Vossa Excelência alega que o valor projetado na LOA 2015 é superior ao estimado no PPA, e que este fato respaldaria um valor igual ou até maior para o orçamento 2015, em relação às despesas do Legislativo. Bem, embora o valor esteja realmente maior, lembramos que a equação legal para o repasse à Câmara, não leva em conta este parâmetro não é algo linear. São somente algumas receitas correntes que fazem parte daquela equação. E ao contrario do que o Nobre Presidente da Câmara escreve, não houve arbitrariedade, pois como historiamos acima, houve comunicação e debate sobre o tema, bem ao estilo que recomenda a tradição republicana.

RECEIVED
FEBRUARY 1964
CLOO
ADVISORY



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo

Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567

Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

OF. Nº 1.315/2014

MOCOCA, 15 de outubro de 2014.

d) E por último, reforçamos aqui a prerrogativa do Legislativo de propor emendas, com a condição de que todo aumento de despesa deverá ter indicação da receita que a cobrirá. No presente caso, como não há a expectativa de aumentar a receita, um eventual aumento das despesas com o Legislativo repercutirá em sacrifício de despesas do Executivo e, diretamente, à população atendida pelos serviços públicos prestados pela Administração. Nesta linha, o orçamento deverá ser analisado em sua totalidade, e não parcialmente como parece ter sido o caso.

Colocamo-nos desde já, à disposição para esclarecer, colaborar e dialogar porque o mais importante é preservar os interesses dos cidadãos mocoquenses nas suas justas expectativas de ver uma cidade melhor.

Reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

MARIA EDNA GOMES MAZIERO
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.
GUILHERME DE SOUZA GOMES
DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa
MOCOCA - SP



instituto brasileiro de
administração municipal

PARECER

Nº 2740/2014¹

- PL – Poder Legislativo. Orçamento da Câmara. Regras a respeito. Alterações do Projeto de LOA. Possível, sob restrições.

CONSULTA:

Diz uma Câmara Municipal que autorizou o Executivo a incluir na LOA 2015 certo valor para custeio das atividades do Poder Legislativo. Tal valor é o mesmo que aquele previsto no PPA. No entanto, analisando o projeto da LOA 2015, os vereadores constataram que não foi obedecido o valor originalmente previsto no PPA. Em outras palavras, a Prefeita - arbitrariamente - reduziu a receita que seria destinada à Câmara Municipal, mesmo o Projeto estimando receitas gerais maiores que aquelas do PPA. Assim indaga:

1 - A Prefeita pode reduzir as verbas destinadas à Câmara Municipal, contrariando o que já consta no Plano Plurianual?

2 - Os vereadores podem propor emendas, remanejando, por exemplo, parte dos recursos destinados ao Gabinete da Prefeita para chegar ao valor previsto no PPA para o Poder Legislativo?

RESPOSTA:

Diz a Constituição Federal, no art. 29-A e seus incisos, que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar determinados percentuais, relativos ao somatório da receita

¹PARECER SOLICITADO POR DONATÓ CÉSAR ALMEIDA TEIXEIRA, PROCURADOR JURÍDICO - CÂMARA MUNICIPAL (MOCOCA-SP)

tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, percentuais estabelecidos segundo a população municipal.

Cabe à Câmara, anualmente, elaborar sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Executivo, para que este componha o orçamento geral do Município e encaminhe o Projeto de Lei respectivo à Câmara. Aprovado o orçamento, a Prefeitura deverá repassar ao Legislativo os valores fixados na lei orçamentária, desde que respeitado o limite determinado pelo art. 29-A da CF.

Aduz o art. 168 da Constituição Federal que os recursos referentes às dotações orçamentárias do Poder Legislativo lhes sejam entregues até o dia 20 de cada mês.

São essas as regras gerais a respeito do orçamento da Câmara. O Legislativo não autoriza o Executivo a incluir no Projeto de Lei do Orçamento determinado montante destinado às despesas da Câmara. O que o Legislativo encaminha é uma proposta, que pode ser aceita ou não pelo Executivo, que deve considerar as regras constitucionais acima citadas, as previsões do PPA e as necessidades de aplicações no exercício financeiro a que se destina o orçamento, bem como as demais questões explicitadas no ofício que encaminhou o PL.

Assim sendo, a Resolução nº 05/14 da Câmara não se coaduna com a ordem constitucional e nem com as regras da Lei nº 4.320/64.

Cabe acrescentar que o PPA, assim como os orçamentos, constituem previsões que podem vir a ocorrer ou não, cabendo à Administração conformar suas aplicações à realidade.

Desse modo fica respondida a primeira questão da Câmara consulente.

Quanto à segunda questão, certo é que, nos termos do art. 165, da Constituição Federal, cabe ao Prefeito, privativamente, apresentar o Projeto de Lei do Orçamento a vigorar em cada exercício.

Em acréscimo, diz a Constituição:

"Art.166.....

....

§ 3º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I- sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

.....

.....

III- sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões....".

Acerca das emendas parlamentares, leciona Hely Lopes Meirelles:

"A exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo. Negar sumariamente

o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo". (In Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 1993, p. 542).

A respeito, assim decidiu o STF:

"Constitucional. Processo legislativo. Poder de emenda parlamentar: (...) Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à proibição de aumento da despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto". (AgRg em RE nº 202.960-2, 2ª el. Min. Carlos Velloso, ac, un., in DJU de 09.10.98, seção 1-E, p. 9).

Mais especificamente, decidiu o STF:

"O poder de emendar projetos de lei, que se reveste de natureza eminentemente constitucional, qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ36/382, 385 - RTJ 37/113 - RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que, respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República, as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166,

§ 3º e § 4º da Carta Política (...)." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004.)

Em resumo e respondendo à segunda questão, as emendas da Câmara são permitidas, mas só podem ter seguimento se não alterarem o total das verbas previstas, ou seja, se não implicarem em aumento de despesa. Quanto às alterações nas dotações, só são admissíveis aquelas perfeitamente enquadradas no conjunto das regras contidas no art. 166, § 3º, da CF, acima transcritas e, no caso do orçamento da Câmara, atendam ao disposto no art. 29-A.

É o parecer, s.m.j.

Affonso de Aragão Peixoto Fortuna
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2014.

P A R E C E R

Nº 2351/2012

- PG – Processo Legislativo. Projeto de Lei do Orçamento. Alterações pela Câmara. Remanejamento de dotação orçamentária. Unidades orçamentárias diversas. Comentários.

CONSULTA:

Relata a consulente, Câmara Municipal, que está tramitando o projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2013.

Assim sendo, indaga-se sobre a possibilidade de um vereador propor emenda remanejando recursos de dotações.

Aduz a consulente que o objetivo é aumentar algumas dotações para possibilitar a execução de projetos e diminuir de outras, sem alterar no valor final do orçamento.

Desta forma, se afirmativa a resposta anterior, pergunta-se se o remanejamento deve ocorrer na mesma unidade (secretaria)?

Por fim, aduz-se que não são recursos vinculados.

RESPOSTA:

O Projeto de Lei do orçamento, de iniciativa do Prefeito, é o documento que estima a receita e fixa a despesa municipal, espelhando o Plano de Governo. Encaminhado à Câmara, cumpre aos Vereadores analisar os seus vários aspectos, podendo introduzir emendas. Estas, porém, não podem alterar a dotação para as despesas de custeio, salvo para corrigir erros ou omissões, nem conceder dotações para início de

obra cujo projeto não tenha sido previamente aprovado pelo órgão competente, ou para instalação ou funcionamento de serviço que não tenha sido anteriormente criado, não podendo, ainda, conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em Resolução da própria Câmara para concessão de auxílios e subvenções, tudo nos termos do artigo 33 da Lei nº. 4.320/1964.

De outra parte, determina o art. 166 da Constituição Federal, que:

"Art.166 (...)

§ 3º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I- sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

(...)

III- sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões (...)"

Por aí se vê que, salvo as exceções mencionadas, pode a Câmara introduzir emendas ao Projeto de Lei do Orçamento. Decidiu, a respeito, o e. STF:

"A lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo pode ser objeto de emenda parlamentar, desde que os dispositivos introduzidos não sejam destituídos de pertinência temática com o projeto original nem acarretem aumento de despesa." (ADinMC 2.322-AL, rel. Min. Moreira Alves, julg. 23.03.01)

De igual modo:

"Trata-se de recurso extraordinário que impugna acórdão

do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado: "Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 1.680/91, art. 19, §§ 1º e 2º. Representação de inconstitucionalidade. Limitação do poder de emendar projetos de iniciativa do poder executivo". Pode o legislativo emendar o projeto de iniciativa reservada, desde que não aumente as despesas nele previstas. Das disposições impugnadas, apenas o § 1º aumenta a despesa e por isso é declarado inconstitucional (...)." (STF, Recurso Extraordinário 257 163 RJ, p. 13/04/2012).

Desta forma, em princípio, pode o vereador propor a referida emenda de remanejamento de dotações orçamentárias, visto que não acarreta aumento de despesa, e desde que não contrarie o art. 33 da Lei nº. 4.320/1964.

Quanto a possibilidade do remanejamento ocorrer entre unidades diversas, temos que também não há óbice, eis que não existe qualquer impedimento legal para tanto.

Em suma, há a possibilidade de vereador propor emenda remanejando recursos de dotações orçamentárias, desde que observadas as restrições contidas no §3º do art. 166 da Consituição e do art. 33 da Lei nº. 4.320/1964, e não existe impedimento legal para que tal remanejamento ocorra entre unidades orçamentárias diversas.

É o parecer, s.m.j.

Rafael Pereira de Sousa
Consultor Técnico

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2012.

PARECER

Nº 1698/2014

- FM – Finanças Municipais. Iniciativa das leis orçamentárias e poder de emenda parlamentar. Balizamento constitucional. Jurisprudência. Considerações.

CONSULTA:

A Câmara consulente narra que esta prestes a votar a LDO e indaga qual seria a forma correta de adequar a legislação orçamentária a eventuais proposições de origem parlamentar que importem em renúncia de receita.

RESPOSTA:

A Constituição institucionalizou um verdadeiro sistema orçamentário ao prever a edição de lei que defina o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento anual, todos atos normativos que se interligam com o objetivo de dotar o poder público de um instrumento de planejamento racional em longo, médio e curto prazo, tudo nos termos dos arts. 165 e 166 da CRFB.

O sistema orçamentário municipal deve acompanhar esses preceitos de ordem constitucional nessa tríade de leis (lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual) que constituem a ferramenta constitucional de planejamento financeiro e orçamentário. Especificamente quanto à LDO:

"A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui destinação constitucional específica e veicula conteúdo material próprio, que, definido pelo art. 165, § 2º, da Carta Federal, compreende as metas e prioridades da administração pública, inclusive as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Mais

do que isso, esse ato estatal tem por objetivo orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações na legislação tributária, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento." (ADI 612-QO, Plenário, Rel. Min. Celso de Mello, g.n.)

Ainda, nos termos da jurisprudência do STF, as normas de processo legislativo são de observância obrigatória pelos demais entes da Federação. Neste aspecto, sabe-se que **cabe somente ao Executivo propor as leis orçamentárias** (art 165, I, II e III).

No entanto, como recorrentemente esclarecido, o fato de determinadas leis serem de iniciativa privativa do Chefe do Executivo não retira da Câmara a sua competência para apreciá-las e emendá-las, respeitados os princípios e parâmetros existentes na Constituição Federal. A respeito, leciona Hely Lopes Meirelles:

"A exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo. Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. **Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo**". (In Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 1993, p. 542, g.n.).

Portanto, uma vez encaminhado o projeto ao Legislativo, cumpre aos seus membros analisar o seu conteúdo, **podendo introduzir emendas, mas sob restrições**, sob pena de, por via transversa, constituir burla à regra de iniciativa das leis orçamentárias. A propósito, cumpre colacionar entendimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"O poder de emendar projetos de lei, que se reveste de natureza eminentemente constitucional, qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ36/382, 385 - RTJ 37/113 - RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa (ADI 865/MA, Rel. Min. Celso de Mello), desde que, respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição da República, as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários (CF, art. 165, I, II e III), observem as restrições fixadas no art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política (...)." (ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 21-9-1994, Plenário, DJ de 23-4-2004, g.n.)

Desta forma, resta claro que o Vereador não pode propor o PL orçamentária, no caso LDO, mas pode apresentar emendas, desde que atendidos certos requisitos:

"O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara , especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo , ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado." (ADI 724-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 7-5-2002, Plenário, DJ de 27-4-2001, g.n.) No mesmo sentido: RE 590.697-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 23-8-2011, Segunda Turma, DJE de 6-9-2011."

A lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo pode ser objeto de emenda parlamentar, desde que os dispositivos introduzidos não sejam destituídos de pertinência temática com o projeto original nem acarretem aumento de despesa". (AdinMC 2.322-AL, rel. Min. Moreira Alves, julg. 23.03.01, in www.stf.gov.br, g.n.).

"Constitucional. Processo legislativo. Poder de emenda parlamentar: (...) Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à **proibição de aumento da despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto**". (AgRg em RE nº 202.960-2, 2ª el. Min. Carlos Velloso, ac, un., in DJU de 09.10.98, seção 1-E, p. 9, g.n.).

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Emenda Aditiva de nº 04, de iniciativa parlamentar, incorporadas ao anexo da Lei nº 1465, de 26 de setembro de 2011, do Município de Serrana, que **aditou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 para destinar a importância de R\$ 150.000,00 para a implantação do "Programa Leva e Traz" no âmbito do Município. Afronta ao princípio da separação dos poderes. Invasão de competência exclusiva do Executivo. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da emenda aditiva nº 04 à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 do Município de Serrana**". (TJSP, 0292467-34.2011.8.26.0000 Direta de Inconstitucionalidade, Relator(a): Ruy Coppola, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: Órgão Especial, Data do julgamento: 25/04/2012, Data de registro: 09/05/2012, g.n.).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Municipal nº 4.455, de 4 de abril de 2011 (...) Usurpação das atribuições próprias do Chefe do Executivo local (Prefeito) - Projeto de Vereador - Ato de gestão administrativa incompatível com a vocação da Câmara Municipal - Ofensa ao princípio da separação dos poderes - Criação de despesa sem indicação de recursos disponíveis - Infração aos arts. 5º, 20, inciso II; 25; 47, incisos III, XI, XVIII; 111, 117, 144 e 176, inciso I, todos da Constituição do Estado de São Paulo Inconstitucionalidade declarada - Ação procedente". (TJSP, Relator(a): Pires de Araújo, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: Órgão Especial, Data do julgamento: 30/05/2012, Data de registro: 12/06/2012, outros números: 00062390620128260000, g.n.).

Desta forma, no âmbito do poder de emenda, não caberá ao Legislativo estabelecer Plano de Governo, criar programas novos, prever outras despesas ou aumentar as já contempladas, haja vista que estas

matérias refogem à competência do Legislativo e constituem tarefas ínsitas ao Executivo.

Em síntese, reitera-se que a competência reservada do Executivo para propor a lei orçamentária e também para alterá-la mediante lei ordinária. No entanto, resta-se assegurado o poder **de emendar projetos de lei de natureza orçamentária** (no caso, LDO), tratando-se de verdadeira **prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa** que deve atender, no entanto, aos limites impostos pela **Constituição da República**, ou seja, (i) não importar em aumento da despesa constante do PL, (ii) guardar pertinência lógica e temática com a proposição original e (iii) observar as restrições fixadas nos arts. 165, I, II e III c/c/ art. 166, § 3º e § 4º da Carta Política.

É o parecer, s.m.j.

Ana Carolina Couri de Carvalho
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2014.





Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

REFERÊNCIA :- Projeto de Lei nº077/2014

INTERESSADA :- Prefeita Maria Edna Gomes Maziero

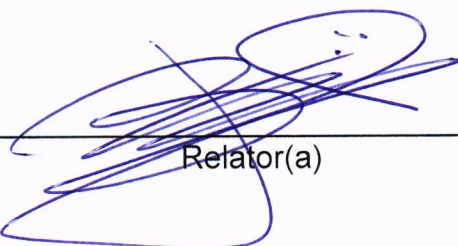
ASSUNTO : - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa, para o exercício de 2015.

RELATOR :-

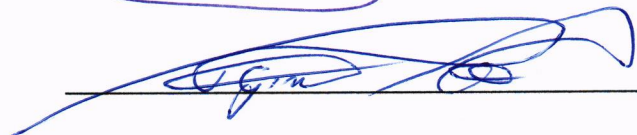
Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos quanto ao aspecto Financeiro, nada impede seu acolhimento, o que nos leva a exarar parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões Permanentes José Luiz Cominato, 17 de novembro de 2014.



Relator(a)





Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
3.255	17/ NOV. 2014	

DESPACHO

APROVADO

17 / 11 / 14

GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente

EMENTA

Requer convocação de Sessão Extraordinária para aprovação de matéria que especifica.

REQUERIMENTO

Os Vereadores que o presente subscrevem, após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a urgência da matéria, requerem a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após a realização da presente Sessão, para deliberar; em fase de 2ª. Discussão sobre a seguinte propositura:

1- PROJETO DE LEI Nº.077/2014 – de autoria da Prefeita Municipal - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mococa para 2015.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 17 de novembro de 2014.

Agimar Alves
Vereador

Eduardo Ribeiro Barison
Vereador

Guilherme de S. Gomes
Presidente

Angélica M. M. Breganoli
Vereadora

Odair Antônio da Silva
Vereador

Maria de Fátima da Silva
Vereadora

Francisco Carlos Cândido
Vereador

Francisco Sales G. Fernandes
Vereador

Luiz Braz Mariano
Vereador



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 40ª. SESSÃO ORDINÁRIA – 2º. PERÍODO.
DATA : 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
HORÁRIO : 20 HORAS.
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.
MATÉRIA : REQUERIMENTO QUE REQUER SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
TURNO : ÚNICA DISCUSSÃO.
PROTOCOLO : 1.103/2014.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO			X
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI			X
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO			X
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA	X		
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA			X
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA			X
TOTAL:.....		10		5

RESULTADO

Votos Favoráveis : 10
Votos Contrários :
Ausentes : 5
Total : 15

1º Secretário



Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 77/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do
Município de Mococa para 2015.

AUTOR		PARTIDO																														
MESA DA CÂMARA		VÁRIOS																														
EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	DATA																														
	REMANEJAMENTO	17/11/2014																														
<p>O artigo 5º do projeto, onde são discriminadas as despesas, deve ser modificado nos seguintes programas:</p> <p>(...)</p> <p>II – Por Órgãos de Governo</p> <table border="1"><thead><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Fiscal</th><th>Seguridade</th><th>Valor em R\$</th></tr></thead><tbody><tr><td>01.01</td><td>Corpo Legislativo</td><td>2.230.000,00</td><td>-</td><td>2.230.000,00</td></tr><tr><td>02.02</td><td>Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências</td><td>1.531.000,00</td><td>-</td><td>1.531.000,00</td></tr></tbody></table> <p>III – Por Funções</p> <table border="1"><thead><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Fiscal</th><th>Seguridade</th><th>Valor em R\$</th></tr></thead><tbody><tr><td>01</td><td>Legislativa</td><td>2.230.000,00</td><td>-</td><td>2.230.000,00</td></tr><tr><td>04</td><td>Administração</td><td>16.939.580,00</td><td>-</td><td>16.939.580,00</td></tr></tbody></table> <p>(...)</p> <p>Com efeito, as alterações constantes desta emenda deverão estar refletidas nos anexos 7 (Demonstrativo das Funções e Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais), 8 (Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e 9 (Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), nos termos do art. 4º do referido projeto.</p>			Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$	01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00	-	2.230.000,00	02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00	-	1.531.000,00	Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$	01	Legislativa	2.230.000,00	-	2.230.000,00	04	Administração	16.939.580,00	-	16.939.580,00
Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$																												
01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00	-	2.230.000,00																												
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00	-	1.531.000,00																												
Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$																												
01	Legislativa	2.230.000,00	-	2.230.000,00																												
04	Administração	16.939.580,00	-	16.939.580,00																												



Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 77/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do
Município de Mococa para 2015.

AUTOR		PARTIDO																														
MESA DA CÂMARA		VÁRIOS																														
EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	DATA																														
	REMANEJAMENTO	17/11/2014																														
<p>O artigo 5º do projeto, onde são discriminadas as despesas, deve ser modificado nos seguintes programas:</p> <p>(...)</p> <p>II – Por Órgãos de Governo</p> <table border="1"><thead><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Fiscal</th><th>Seguridade</th><th>Valor em R\$</th></tr></thead><tbody><tr><td>01.01</td><td>Corpo Legislativo</td><td>2.230.000,00</td><td>-</td><td>2.230.000,00</td></tr><tr><td>02.02</td><td>Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências</td><td>1.531.000,00</td><td>-</td><td>1.531.000,00</td></tr></tbody></table> <p>III – Por Funções</p> <table border="1"><thead><tr><th>Código</th><th>Especificação</th><th>Fiscal</th><th>Seguridade</th><th>Valor em R\$</th></tr></thead><tbody><tr><td>01</td><td>Legislativa</td><td>2.230.000,00</td><td>-</td><td>2.230.000,00</td></tr><tr><td>04</td><td>Administração</td><td>16.539.580,00</td><td>-</td><td>16.539.580,00</td></tr></tbody></table> <p>(...)</p> <p>Com efeito, as alterações constantes desta emenda deverão estar refletidas nos anexos 7 (Demonstrativo das Funções e Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais), 8 (Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e 9 (Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), nos termos do art. 4º do referido projeto.</p>			Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$	01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00	-	2.230.000,00	02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00	-	1.531.000,00	Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$	01	Legislativa	2.230.000,00	-	2.230.000,00	04	Administração	16.539.580,00	-	16.539.580,00
Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$																												
01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00	-	2.230.000,00																												
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00	-	1.531.000,00																												
Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$																												
01	Legislativa	2.230.000,00	-	2.230.000,00																												
04	Administração	16.539.580,00	-	16.539.580,00																												



Câmara Municipal de Mococa *Estado de São Paulo*

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa, após tratativas entre os Poderes, visa a readequar a despesa da Câmara Municipal – a princípio fixada em R\$ 1.965.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil reais) – para fazer frente a projetos já iniciados neste exercício, a exemplo da Escola do Legislativo.

Não havendo reserva de contingência genérica, foi acordado remanejar R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) da Manutenção do Gabinete – com despesa anteriormente definida em R\$ 1.796.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e seis mil reais) para custeio das atividades legislativas.

O aporte também representa um “meio termo” entre a fixação anterior e o Plano Plurianual, onde nossas despesas para o exercício em questão eram estimadas em R\$ 2.748.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais).

Logo, o valor final do orçamento do Município para o exercício de 2015 permanecerá inalterado, pelo que contamos com a concordância deste nobre Plenário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 17 de novembro de 2014.


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente


LUIZ BRAZ MARIANO
1º Secretário

FRANCISCO S. GABRIEL FERNANDES
2º Secretário

**ALTERAÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR NA EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL DE 2015.**

ART. 5º -

II – Por Órgãos do Governo:

Cód.	Especificação	fiscal	Seguridade	Valor
01.01	Corpo Legislativo	R\$ 2.230.000,00	-	R\$ 2.230.000,00
02.02	Man. Do Gabinete			
	Pref. E depen.....	R\$ 1.531.000,00	-	R\$ 1.531.000,00

III – Por Funções

Cód.	Especificação	fiscal	Seguridade	Valor
01	Legislativa	R\$ 2.230.000,00	-	R\$ 2.230.000,00
04	Administração	R\$ 16.939.580,00	-	R\$ 16.939.580,00

As alterações constantes nesta emenda deverão estar refletidas nos anexo 7 (Demonstrativo das Funções e Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); Anexo 8 (Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme vínculo com Recursos) e Anexo 9 (Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), em conformidade com o Artigo 4º do projeto em tela.



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 40ª. SESSÃO ORDINÁRIA – 2º. PERÍODO.
DATA : 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
HORÁRIO : 20 HORAS.
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.
MATÉRIA : EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº.077/2014.
TURNO : ÚNICA DISCUSSÃO.
PROCESSO : 1.102/2014.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO			X
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI	X		
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO	X		
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA	X		
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA	X		
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA	X		
TOTAL.....		14		1

RESULTADO

Votos Favoráveis : 14
Votos Contrários :
Ausentes : 1
Total : 15

1º Secretário



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 40ª. SESSÃO ORDINÁRIA – 2º. PERÍODO.
DATA : 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
HORÁRIO : 20 HORAS.
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.
MATÉRIA : PROJETO DE LEI Nº.077/2014.
TURNO : 1ª. DISCUSSÃO.
PROCESSO : 1.102/2014.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO			X
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI	X		
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO	X		
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA	X		
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA	X		
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA	X		
TOTAL.....		14		1

RESULTADO

Votos Favoráveis : 14
Votos Contrários :
Ausentes : 1
Total : 15

1º Secretário



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 18ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2º. PERÍODO.
DATA : 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
HORÁRIO : 20 HORAS.
QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.
MATÉRIA : PROJETO DE LEI Nº.077/2014.
TURNO : 2ª. DISCUSSÃO.
PROCESSO : 1.102/2014.

VEREADORES		VOTOS		
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE
1-	AGIMAR ALVES	X		
2-	ALOYSIO TALIBERTI FILHO			X
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	X		
4-	EDUARDO ANTÔNIO BAISI	X		
5-	EDUARDO RIBEIRO BARISON	X		
6-	ELIAS DE SISTO	X		
7-	ELISÂNGELA M. MAZIERO BREGANOLI	X		
8-	FRANCISCO CARLOS CÂNDIDO	X		
9-	FRANCISCO SALES GABRIEL FERNANDES	X		
10-	GUILHERME DE SOUZA GOMES	X		
11-	LUIZ BRAZ MARIANO	X		
12-	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	X		
13-	ODAIR ANTÔNIO DA SILVA	X		
14-	RENATO GONÇALVES DA FONSECA	X		
15-	SÉRGIO ROBERTO DE SOUZA	X		
TOTAL:.....		14		1

RESULTADO

Votos Favoráveis : 14
Votos Contrários :
Ausentes : 1
Total : 15

1º Secretário



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. 1

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2015.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas)



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. 2

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

Art. 2º – A receita orçamentária é estimada na forma dos seguintes quadros: Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação; Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e se desdobra em:

I - R\$ 126.638.635,48 (Cento e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 27.935.104,40 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 3º – A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Receitas Correntes			
Receita Tributária	24.306.000,00	155.000,00	24.461.000,00
Receita Patrimonial	325.500,00	217.300,00	542.800,00
Receita de Serviços	226.350,63	0,00	226.350,63
Transferências Correntes	89.558.784,85	24.766.804,40	114.325.589,25
Outras Receitas Correntes	4.328.000,00	1.950.000,00	6.278.000,00



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 3

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Sub-total	118.744.635,48	27.089.104,40	145.833.739,88
Receitas de Capital			
Transferências de Capital	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Sub-total	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Deduções da Receita	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Sub-total	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Total Geral	126.638.635,48	27.935.104,40	154.573.739,88

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 4º – A despesa é fixada na forma dos **Anexo 6**(Programa de Trabalho); **Anexo 7**(Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); **Anexo 8**(Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e **Anexo 9**(Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88(Cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), na seguinte conformidade:

I- R\$ 97.051.975,48 (Noventa e sete milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II- R\$ 57.521.764,40 (Cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 5º – A despesa fixada está assim desdobrada:

I – Por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Despesas Correntes			



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. 4

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Pessoal e Encargos Sociais	50.456.300,48	17.049.000,00	67.505.300,48
Juros e Encargos da Dívida	800.000,00	0,00	800.000,00
Outras Despesas Correntes	30.424.345,00	38.497.664,40	68.922.009,40
Sub-total	81.680.645,48	55.546.664,40	137.227.309,88
Despesas de Capital			
Investimentos	13.905.330,00	1.975.100,00	15.880.430,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.366.000,00	0,00	1.366.000,00
Sub-total	15.271.330,00	1.975.100,00	17.246.430,00
Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
Total Geral	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

II - Por Órgãos de Governo:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00		2.230.000,00
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00		1.531.000,00
02.03	Departamento de Planejamento	185.000,00		185.000,00
02.04	Assessoria Jurídica	851.000,00		851.000,00
02.05	Departamento Administrativo e Dependências	6.583.000,00		6.583.000,00
02.06	Departamento de Finanças e Dependências	5.396.000,00		5.396.000,00
02.07	Departamento de Obras	5.520.000,00		5.520.000,00
02.08	Departamento de Serviços Públicos	10.610.000,00		10.610.000,00
02.09	Departamento de Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
02.11	Departamento de Educação	48.890.300,48		48.890.300,48
02.12	Departamento Esporte, Recreação e Lazer	1.970.345,00		1.970.345,00
02.13	Departamento Pátio Municipal	2.393.580,00		2.393.580,00
02.15	Departamento de Trânsito	1.725.000,00		1.725.000,00
02.16	Departamento Cultura e Turismo	4.014.250,00		4.014.250,00
02.19	Departamento de Gestão e Desenvolvimento	107.000,00		107.000,00
02.20	Encargos Gerais dos Municípios	2.301.000,00	3.200.000,00	5.501.000,00
02.21	Departamento Desenvolvimento Social e Habitação	5.015.504,40	2.290.000,00	7.305.504,40
02.22	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	2.424.500,00		2.424.500,00
02.99	Reserva de Contingência	100.000,00		100.000,00
		101.847.479,88	52.726.260,00	154.573.739,88



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 5

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

III - Por Funções:

Despesa Total por Função:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Legislativa	2.230.000,00	0,00	2.230.000,00
04	Administração	16.939.580,00	0,00	16.939.580,00
06	Segurança Pública	1.215.000,00	0,00	1.215.000,00
08	Assistência Social	0,00	7.085.504,40	7.085.504,40
09	Previdência Social	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
10	Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
12	Educação	48.890.300,48	0,00	48.890.300,48
13	Cultura	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
15	Urbanismo	14.915.000,00	0,00	14.915.000,00
16	Habitação	220.000,00	0,00	220.000,00
20	Agricultura	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
22	Indústria	107.000,00	0,00	107.000,00
26	Transporte	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
27	Desporto e Lazer	1.970.345,00	0,00	1.970.345,00
28	Encargos Especiais	2.301.000,00	0,00	2.301.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Total	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Fica a Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I – até o limite de 20 % (vinte por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º. No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 6

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

I. necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

II. vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III. destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV. destinado ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de 1/3 (Um terço) da receita prevista para o exercício;

Art. 8º – Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º – As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único – As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 10 – As transferências financeiras da Administração Direta para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 7

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.


Art. 11 – Para atender as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 4320, farão parte desta Lei, além dos descritos no artigos 3º e 4º, os seguintes anexos: **Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo; Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas(Anexo I); Quadro das dotações por Órgãos do Governo e da Administração; Quadro Demonstrativo do Programa Anual de Trabalho do Governo; Resumo Geral Receita(Anexo 2); Natureza da Despesa(Anexo 2)Consolidação Geral; Demonstrativo do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; Quadro de Relação de Atividades; Quadro de relação de Projetos; Quadro de Relação de Unidades Orçamentárias; Quadro Demonstrativo da Despesa; Quadro de Plano de Aplicação; Quadro Natureza da Despesa-Consolidação por órgão e Quadro de detalhamento da Despesa.**

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Mococa, 18 de novembro de 2014.


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente


LUIZ BRAZ MARIANO
1º Secretário


FRANCISCO S. GABRIEL FERNANDES
2º Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projeto, Atividade e Operações – Anexo 7



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7
Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01.031.0001	LEGISLATIVA		2.230.000,00		2.230.000,00
	AÇÃO LEGISLATIVA		2.230.000,00		2.230.000,00
	PROCESSO LEGISLATIVO		2.230.000,00		2.230.000,00
	ADMINISTRAÇÃO		16.939.580,00		16.939.580,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		11.543.580,00		11.543.580,00
04.122.0003	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		1.531.000,00		1.531.000,00
04.122.0040	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO		185.000,00		185.000,00
04.122.0041	MANUTENÇÃO GERAL - ASSESSORIA JURIDICA		851.000,00		851.000,00
04.122.0042	MANUTENÇÃO GERAL - DEPART. ADMINISTRATIVO		6.523.000,00		6.523.000,00
04.122.0045	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DIRET. DO PATIO		2.393.580,00		2.393.580,00
04.122.0050	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		60.000,00		60.000,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		5.396.000,00		5.396.000,00
04.123.0043	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE FINANÇ.		5.396.000,00		5.396.000,00
	SEGURANÇA PÚBLICA		1.215.000,00		1.215.000,00
	DEFESA CIVIL		1.215.000,00		1.215.000,00
06.182.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		1.215.000,00		1.215.000,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00	7.076.504,40		7.085.504,40
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.000,00	2.061.000,00		2.070.000,00
08.243.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	9.000,00	2.061.000,00		2.070.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		5.015.504,40		5.015.504,40
08.244.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		5.015.504,40		5.015.504,40
	PREVIDÊNCIA SOCIAL		3.200.000,00		3.200.000,00
	PREVIDÊNCIA BÁSICA		3.200.000,00		3.200.000,00
09.271.0025	INATIVOS		3.200.000,00		3.200.000,00
	SAÚDE	940.000,00	46.296.260,00		47.236.260,00
	ATENÇÃO BÁSICA		9.730.200,00		9.730.200,00
10.301.0054	SAÚDE PÚBLICA		9.730.200,00		9.730.200,00
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	940.000,00	34.752.060,00		35.692.060,00
10.302.0054	SAÚDE PÚBLICA	940.000,00	34.752.060,00		35.692.060,00
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		845.000,00		845.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7
Orçamento para 2015

10.304.0054	SAÚDE PÚBLICA		845.000,00	845.000,00
	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		969.000,00	969.000,00
10.305.0054	SAÚDE PÚBLICA			
	EDUCAÇÃO	6.700.000,00	969.000,00	969.000,00
			42.190.300,48	48.890.300,48
12.306.0009	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		2.681.000,00	2.681.000,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
	ENSINO FUNDAMENTAL	1.600.000,00	2.681.000,00	2.681.000,00
			17.203.100,00	18.803.100,00
12.361.0044	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE EDUCAÇÃO			
12.361.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.600.000,00	1.514.000,00	1.514.000,00
	ENSINO MÉDIO		15.689.100,00	17.289.100,00
			2.122.000,00	2.122.000,00
12.362.0010	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO		1.324.000,00	1.324.000,00
12.362.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS		798.000,00	798.000,00
	EDUCAÇÃO INFANTIL	5.100.000,00	20.057.900,00	25.157.900,00
12.365.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS			
	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.100.000,00	20.057.900,00	25.157.900,00
12.366.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS		126.300,48	126.300,48
	CULTURA		126.300,48	126.300,48
	DIFUSÃO CULTURAL	1.909.250,00	2.105.000,00	4.014.250,00
13.392.0008	PROMOÇÃO CULTURAL			
	URBANISMO	1.909.250,00	2.105.000,00	4.014.250,00
		2.050.000,00	12.865.000,00	14.915.000,00
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.050.000,00	7.345.000,00	9.395.000,00
15.451.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
	SERVIÇOS URBANOS	2.050.000,00	7.345.000,00	9.395.000,00
			5.520.000,00	5.520.000,00
15.452.0017	VIAS URBANAS			
	HABITAÇÃO	220.000,00	5.520.000,00	5.520.000,00
				220.000,00
	HABITAÇÃO URBANA	220.000,00		220.000,00
16.482.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			
16.482.0060	CONJUNTO HABITACIONAL GILDO GERALDO	200.000,00		200.000,00
	AGRICULTURA	20.000,00		20.000,00
		150.000,00	2.274.500,00	2.424.500,00
	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL			
		150.000,00	2.274.500,00	2.424.500,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7
Orçamento para 2015

20.601.0056	CIDADE LIMPA	150.000,00	1.420.000,00	1.570.000,00
20.601.0059	ESTRADAS VICINAIS		854.500,00	854.500,00
	INDÚSTRIA		107.000,00	107.000,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		107.000,00	107.000,00
22.661.0030	PROGRAMAS DE INSTALAÇÃO EMPRESAS		107.000,00	107.000,00
	TRANSPORTE		1.725.000,00	1.725.000,00
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		1.725.000,00	1.725.000,00
26.782.0057	MOBILIDADE URBANA		1.725.000,00	1.725.000,00
	DESPORTO E LAZER	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
27.812.0013	DESPORTO AMADOR	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
	ENCARGOS ESPECIAIS		2.301.000,00	2.301.000,00
28.843.0000	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA		2.166.000,00	2.166.000,00
	OPERA;CÕES ESPECIAIS		135.000,00	135.000,00
28.846.0000	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			100.000,00
	OPERA;CÕES ESPECIAIS			100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA			
TOTAL GERAL		12.048.250,00	140.124.489,88	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com Recursos – Anexo 8



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8
Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinc. 6º/20	Total
01.031.0001	LEGISLATIVA	2.230.000,00		2.230.000,00
	AÇÃO LEGISLATIVA			
	PROCESSO LEGISLATIVO	2.230.000,00		2.230.000,00
	ADMINISTRAÇÃO	2.230.000,00		2.230.000,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.836.580,00	103.000,00	16.939.580,00
04.122.0003	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	11.520.580,00	23.000,00	11.543.580,00
04.122.0040	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO	1.531.000,00		1.531.000,00
04.122.0041	MANUTENÇÃO GERAL - ASSESSORIA JURÍDICA	185.000,00		185.000,00
04.122.0042	MANUTENÇÃO GERAL - DEPART. ADMINISTRATIVO	851.000,00		851.000,00
04.122.0045	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DIRET. DO PATIO	6.523.000,00		6.523.000,00
04.122.0050	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	2.370.580,00	23.000,00	2.393.580,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	60.000,00		60.000,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE FINANÇAS	5.316.000,00	80.000,00	5.396.000,00
04.123.0043	SEGURANÇA PÚBLICA	5.316.000,00	80.000,00	5.396.000,00
	DEFESA CIVIL	1.215.000,00		1.215.000,00
06.182.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1.215.000,00		1.215.000,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.856.200,00	3.229.304,40	7.085.504,40
08.243.0058	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	250.000,00	1.820.000,00	2.070.000,00
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	250.000,00	1.820.000,00	2.070.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.606.200,00	1.409.304,40	5.015.504,40
08.244.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	3.606.200,00	1.409.304,40	5.015.504,40
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.200.000,00		3.200.000,00
	PREVIDÊNCIA BÁSICA	3.200.000,00		3.200.000,00
09.271.0025	INATIVOS	3.200.000,00		3.200.000,00
	SAÚDE	3.200.000,00		3.200.000,00
	ATENÇÃO BÁSICA	22.726.460,00	24.509.800,00	47.236.260,00
10.301.0054	SAÚDE PÚBLICA	5.105.000,00	4.625.200,00	9.730.200,00
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.105.000,00	4.625.200,00	9.730.200,00
10.302.0054	SAÚDE PÚBLICA	16.588.460,00	19.103.600,00	35.692.060,00
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.588.460,00	19.103.600,00	35.692.060,00
10.304.0054	SAÚDE PÚBLICA	380.000,00	465.000,00	845.000,00
	SAÚDE PÚBLICA	380.000,00	465.000,00	845.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8
Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Ordem	Vinculado	Total
10.305.0054	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	653.000,00	316.000,00	969.000,00
	SAÚDE PÚBLICA	653.000,00	316.000,00	969.000,00
	EDUCAÇÃO	35.505.800,48	13.384.500,00	48.890.300,48
12.306.0009	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	518.000,00	2.163.000,00	2.681.000,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	518.000,00	2.163.000,00	2.681.000,00
	ENSINO FUNDAMENTAL	13.285.100,00	5.518.000,00	18.803.100,00
12.361.0044	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE EDUCAÇÃO	1.514.000,00		1.514.000,00
12.361.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	11.771.100,00	5.518.000,00	17.289.100,00
	ENSINO MÉDIO	1.334.000,00	788.000,00	2.122.000,00
12.362.0010	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO	1.324.000,00		1.324.000,00
12.362.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	10.000,00	788.000,00	798.000,00
	EDUCAÇÃO INFANTIL	20.242.400,00	4.915.500,00	25.157.900,00
12.365.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS			
12.366.0055	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	20.242.400,00	4.915.500,00	25.157.900,00
	EDUCAÇÃO PARA TODOS	126.300,48		126.300,48
	CULTURA	126.300,48		126.300,48
13.392.0008	DIFUSÃO CULTURAL	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
	PROMOÇÃO CULTURAL	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
	URBANISMO	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	13.141.000,00	1.774.000,00	14.915.000,00
15.451.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	7.832.000,00	1.563.000,00	9.395.000,00
	SERVIÇOS URBANOS	7.832.000,00	1.563.000,00	9.395.000,00
15.452.0017	VIAS URBANAS	5.309.000,00	211.000,00	5.520.000,00
	HABITAÇÃO	5.309.000,00	211.000,00	5.520.000,00
	HABITAÇÃO URBANA		220.000,00	220.000,00
16.482.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		220.000,00	220.000,00
16.482.0060	CONJUNTO HABITACIONAL GILDO GERALDO		200.000,00	200.000,00
	AGRICULTURA	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.404.500,00	20.000,00	2.424.500,00
20.601.0056	CIDADE LIMPA	2.404.500,00	20.000,00	2.424.500,00
20.601.0059	ESTRADAS VICINAIS	1.550.000,00	20.000,00	1.570.000,00
		854.500,00		854.500,00



Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	INDÚSTRIA	107.000,00		107.000,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	107.000,00		107.000,00
22.661.0030	PROGRAMAS DE INSTALAÇÃO EMPRESAS	107.000,00		107.000,00
	TRANSPORTE	1.725.000,00		1.725.000,00
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.725.000,00		1.725.000,00
26.782.0057	MOBILIDADE URBANA	1.725.000,00		1.725.000,00
	DESPORTO E LAZER	1.970.345,00		1.970.345,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.970.345,00		1.970.345,00
27.812.0013	DESPORTO AMADOR	1.970.345,00		1.970.345,00
	ENCARGOS ESPECIAIS	2.301.000,00		2.301.000,00
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.166.000,00		2.166.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	135.000,00		135.000,00
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	100.000,00		100.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00		100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00		100.000,00
	TOTAL GERAL	109.533.135,48	45.040.604,40	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL
1 LEGISLATIVO					
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	2.230.000,00			16.939.580,00	
TOTAL	2.230.000,00			16.939.580,00	



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	1.215.000,00		7.085.504,40	3.200.000,00	47.236.260,00
TOTAL	1.215.000,00		7.085.504,40	3.200.000,00	47.236.260,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA		48.890.300,48	4.014.250,00		14.915.000,00
TOTAL		48.890.300,48	4.014.250,00		14.915.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	220.000,00				2.424.500,00
TOTAL	220.000,00				2.424.500,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA		107.000,00			
TOTAL		107.000,00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 LEGISLATIVO				
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	1.725.000,00	1.970.345,00	2.301.000,00	2.230.000,00
TOTAL	1.725.000,00	1.970.345,00	2.301.000,00	152.343.739,88
			100.000,00	154.573.739,88



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls. 1

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2015.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas)



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 2

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

Art. 2º – A receita orçamentária é estimada na forma dos seguintes quadros: Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação; Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) e se desdobra em:

I - R\$ 126.638.635,48 (Cento e vinte e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II - R\$ 27.935.104,40 (Vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 3º – A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Receitas Correntes			
Receita Tributária	24.306.000,00	155.000,00	24.461.000,00
Receita Patrimonial	325.500,00	217.300,00	542.800,00
Receita de Serviços	226.350,63	0,00	226.350,63
Transferências Correntes	89.558.784,85	24.766.804,40	114.325.589,25
Outras Receitas Correntes	4.328.000,00	1.950.000,00	6.278.000,00



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 3

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Sub-total	118.744.635,48	27.089.104,40	145.833.739,88
Receitas de Capital			
Transferências de Capital	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Sub-total	8.750.000,00	890.000,00	9.640.000,00
Deduções da Receita	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Sub-total	-856.000,00	-44.000,00	-900.000,00
Total Geral	126.638.635,48	27.935.104,40	154.573.739,88

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 4º – A despesa é fixada na forma dos **Anexo 6**(Programa de Trabalho); **Anexo 7**(Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais); **Anexo 8**(Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos) e **Anexo 9**(Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções), que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 154.573.739,88(Cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais, oitenta e oito centavos), na seguinte conformidade:

I- R\$ 97.051.975,48 (Noventa e sete milhões, cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) do orçamento fiscal; e

II- R\$ 57.521.764,40 (Cinquenta e sete milhões, quinhentos e vinte um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 5º – A despesa fixada está assim desdobrada:

I – Por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL em R\$	SEGURIDADE SOCIAL em R\$	TOTAL em R\$
Despesas Correntes			



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 4

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Pessoal e Encargos Sociais	50.456.300,48	17.049.000,00	67.505.300,48
Juros e Encargos da Dívida	800.000,00	0,00	800.000,00
Outras Despesas Correntes	30.424.345,00	38.497.664,40	68.922.009,40
Sub-total	81.680.645,48	55.546.664,40	137.227.309,88
Despesas de Capital			
Investimentos	13.905.330,00	1.975.100,00	15.880.430,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.366.000,00	0,00	1.366.000,00
Sub-total	15.271.330,00	1.975.100,00	17.246.430,00
Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
Total Geral	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

II - Por Órgãos de Governo:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01.01	Corpo Legislativo	2.230.000,00		2.230.000,00
02.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências	1.531.000,00		1.531.000,00
02.03	Departamento de Planejamento	185.000,00		185.000,00
02.04	Assessoria Jurídica	851.000,00		851.000,00
02.05	Departamento Administrativo e Dependências	6.583.000,00		6.583.000,00
02.06	Departamento de Finanças e Dependências	5.396.000,00		5.396.000,00
02.07	Departamento de Obras	5.520.000,00		5.520.000,00
02.08	Departamento de Serviços Públicos	10.610.000,00		10.610.000,00
02.09	Departamento de Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
02.11	Departamento de Educação	48.890.300,48		48.890.300,48
02.12	Departamento Esporte, Recreação e Lazer	1.970.345,00		1.970.345,00
02.13	Departamento Pátio Municipal	2.393.580,00		2.393.580,00
02.15	Departamento de Trânsito	1.725.000,00		1.725.000,00
02.16	Departamento Cultura e Turismo	4.014.250,00		4.014.250,00
02.19	Departamento de Gestão e Desenvolvimento	107.000,00		107.000,00
02.20	Encargos Gerais dos Municípios	2.301.000,00	3.200.000,00	5.501.000,00
02.21	Departamento Desenvolvimento Social e Habitação	5.015.504,40	2.290.000,00	7.305.504,40
02.22	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	2.424.500,00		2.424.500,00
02.99	Reserva de Contingência	100.000,00		100.000,00
		101.847.479,88	52.726.260,00	154.573.739,88



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 5

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

III - Por Funções:

Despesa Total por Função:

Código	Especificação	Fiscal	Seguridade	Valor em R\$
01	Legislativa	2.230.000,00	0,00	2.230.000,00
04	Administração	16.939.580,00	0,00	16.939.580,00
06	Segurança Pública	1.215.000,00	0,00	1.215.000,00
08	Assistência Social	0,00	7.085.504,40	7.085.504,40
09	Previdência Social	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00
10	Saúde	0,00	47.236.260,00	47.236.260,00
12	Educação	48.890.300,48	0,00	48.890.300,48
13	Cultura	4.014.250,00	0,00	4.014.250,00
15	Urbanismo	14.915.000,00	0,00	14.915.000,00
16	Habitação	220.000,00	0,00	220.000,00
20	Agricultura	2.424.500,00	0,00	2.424.500,00
22	Indústria	107.000,00	0,00	107.000,00
26	Transporte	1.725.000,00	0,00	1.725.000,00
27	Desporto e Lazer	1.970.345,00	0,00	1.970.345,00
28	Encargos Especiais	2.301.000,00	0,00	2.301.000,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Total	97.051.975,48	57.521.764,40	154.573.739,88

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º. Fica a Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I – até o limite de 20 % (vinte por cento) da despesa total fixada no art. 4º; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 7º. No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 6

AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.

PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

I. necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2015, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64;

II. vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III. destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV. destinado ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, até o limite de 1/3 (Um terço) da receita prevista para o exercício;

Art. 8º – Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 9º – As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015.

Parágrafo único – As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 10 – As transferências financeiras da Administração Direta para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Fls 7

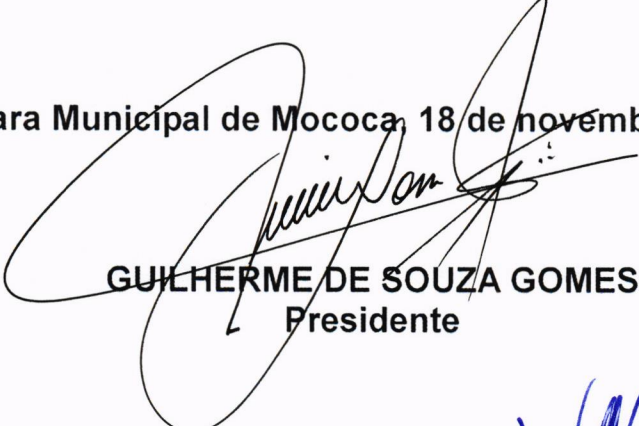
AUTÓGRAFO Nº 079 DE 2014.


PROJETO DE LEI Nº.077/2014.

Art. 11 – Para atender as diretrizes emanadas da Lei Federal nº 4320, farão parte desta Lei, além dos descritos no artigos 3º e 4º, os seguintes anexos: **Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo; Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas(Anexo 1); Quadro das dotações por Órgãos do Governo e da Administração; Quadro Demonstrativo do Programa Anual de Trabalho do Governo; Resumo Geral Receita(Anexo 2); Natureza da Despesa(Anexo 2)Consolidação Geral; Demonstrativo do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; Quadro de Relação de Atividades; Quadro de relação de Projetos; Quadro de Relação de Unidades Orçamentárias; Quadro Demonstrativo da Despesa; Quadro de Plano de Aplicação; Quadro Natureza da Despesa-Consolidação por órgão e Quadro de detalhamento da Despesa.**

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Mococa, 18 de novembro de 2014.


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente


LUIZ BRAZ MARIANO
1º Secretário


FRANCISCO S. GABRIEL FERNANDES
2º Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projeto, Atividade e Operações – Anexo 7



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	LEGISLATIVA		2.230.000,00		2.230.000,00
	AÇÃO LEGISLATIVA		2.230.000,00		2.230.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		2.230.000,00		2.230.000,00
	ADMINISTRAÇÃO		16.939.580,00		16.939.580,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		11.543.580,00		11.543.580,00
04.122.0003	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		1.531.000,00		1.531.000,00
04.122.0040	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO		185.000,00		185.000,00
04.122.0041	MANUTENÇÃO GERAL - ASSESSORIA JURIDICA		851.000,00		851.000,00
04.122.0042	MANUTENÇÃO GERAL - DEPART. ADMINISTRATIVO		6.523.000,00		6.523.000,00
04.122.0045	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DIRET. DO PATIO		2.393.580,00		2.393.580,00
04.122.0050	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		60.000,00		60.000,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		5.396.000,00		5.396.000,00
04.123.0043	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE FINANÇ.		5.396.000,00		5.396.000,00
	SEGURANÇA PÚBLICA		1.215.000,00		1.215.000,00
	DEFESA CIVIL		1.215.000,00		1.215.000,00
06.182.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		1.215.000,00		1.215.000,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.000,00	7.076.504,40		7.085.504,40
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.000,00	2.061.000,00		2.070.000,00
08.243.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	9.000,00	2.061.000,00		2.070.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		5.015.504,40		5.015.504,40
08.244.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		5.015.504,40		5.015.504,40
	PREVIDÊNCIA SOCIAL		3.200.000,00		3.200.000,00
	PREVIDÊNCIA BÁSICA		3.200.000,00		3.200.000,00
09.271.0025	INATIVOS		3.200.000,00		3.200.000,00
	SAÚDE	940.000,00	46.296.260,00		47.236.260,00
	ATENÇÃO BÁSICA		9.730.200,00		9.730.200,00
10.301.0054	SAÚDE PÚBLICA		9.730.200,00		9.730.200,00
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	940.000,00	34.752.060,00		35.692.060,00
10.302.0054	SAÚDE PÚBLICA	940.000,00	34.752.060,00		35.692.060,00
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		845.000,00		845.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2015

10.304.0054	SAÚDE PÚBLICA	845.000,00	845.000,00
	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	969.000,00	969.000,00
10.305.0054	SAÚDE PÚBLICA	969.000,00	969.000,00
	EDUCAÇÃO	42.190.300,48	48.890.300,48
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.681.000,00	2.681.000,00
12.306.0009	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.681.000,00	2.681.000,00
	ENSINO FUNDAMENTAL	17.203.100,00	18.803.100,00
12.361.0044	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE EDUCAÇ	1.514.000,00	1.514.000,00
12.361.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	15.689.100,00	17.289.100,00
	ENSINO MÉDIO	2.122.000,00	2.122.000,00
12.362.0010	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO	1.324.000,00	1.324.000,00
12.362.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	798.000,00	798.000,00
	EDUCAÇÃO INFANTIL	20.057.900,00	25.157.900,00
12.365.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	20.057.900,00	25.157.900,00
	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	126.300,48	126.300,48
12.366.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	126.300,48	126.300,48
	CULTURA	2.105.000,00	4.014.250,00
13.392.0008	DIFUSÃO CULTURAL	2.105.000,00	4.014.250,00
	PROMOÇÃO CULTURAL	2.105.000,00	4.014.250,00
	URBANISMO	12.865.000,00	14.915.000,00
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.345.000,00	9.395.000,00
15.451.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	7.345.000,00	9.395.000,00
	SERVIÇOS URBANOS	5.520.000,00	5.520.000,00
15.452.0017	VIAS URBANAS	5.520.000,00	5.520.000,00
	HABITAÇÃO	220.000,00	220.000,00
	HABITAÇÃO URBANA	220.000,00	220.000,00
16.482.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		200.000,00
16.482.0060	CONJUNTO HABITACIONAL GILDO GERALDO		20.000,00
	AGRICULTURA	2.274.500,00	2.424.500,00
	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.274.500,00	2.424.500,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2015

20.601.0056	CIDADE LIMPA	150.000,00	1.420.000,00	1.570.000,00
20.601.0059	ESTRADAS VICINAIS		854.500,00	854.500,00
	INDÚSTRIA		107.000,00	107.000,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		107.000,00	107.000,00
22.661.0030	PROGRAMAS DE INSTALAÇÃO EMPRESAS		107.000,00	107.000,00
	TRANSPORTE		1.725.000,00	1.725.000,00
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		1.725.000,00	1.725.000,00
26.782.0057	MOBILIDADE URBANA		1.725.000,00	1.725.000,00
	DESPORTO E LAZER	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
27.812.0013	DESPORTO AMADOR	70.000,00	1.900.345,00	1.970.345,00
	ENCARGOS ESPECIAIS		2.301.000,00	2.301.000,00
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA		2.166.000,00	2.166.000,00
28.843.0000	OPERA;CÕES ESPECIAIS		135.000,00	135.000,00
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
28.846.0000	OPERA;CÕES ESPECIAIS			100.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTIGENCIA			100.000,00
TOTAL GERAL		12.048.250,00	140.124.489,88	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com Recursos – Anexo 8



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	LEGISLATIVA	2.230.000,00		2.230.000,00
	AÇÃO LEGISLATIVA	2.230.000,00		2.230.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.230.000,00		2.230.000,00
	ADMINISTRAÇÃO	16.836.580,00	103.000,00	16.939.580,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.520.580,00	23.000,00	11.543.580,00
04.122.0003	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.531.000,00		1.531.000,00
04.122.0040	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO	185.000,00		185.000,00
04.122.0041	MANUTENÇÃO GERAL - ASSESSORIA JURÍDICA	851.000,00		851.000,00
04.122.0042	MANUTENÇÃO GERAL - DEPART. ADMINISTRATIVO	6.523.000,00		6.523.000,00
04.122.0045	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DIRET. DO PATIO	2.370.580,00	23.000,00	2.393.580,00
04.122.0050	CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	60.000,00		60.000,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	5.316.000,00	80.000,00	5.396.000,00
04.123.0043	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE FINANÇAS	5.316.000,00	80.000,00	5.396.000,00
	SEGURANÇA PÚBLICA	1.215.000,00		1.215.000,00
	DEFESA CIVIL	1.215.000,00		1.215.000,00
06.182.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1.215.000,00		1.215.000,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.856.200,00	3.229.304,40	7.085.504,40
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	250.000,00	1.820.000,00	2.070.000,00
08.243.0058	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	250.000,00	1.820.000,00	2.070.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.606.200,00	1.409.304,40	5.015.504,40
08.244.0058	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	3.606.200,00	1.409.304,40	5.015.504,40
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.200.000,00		3.200.000,00
	PREVIDÊNCIA BÁSICA	3.200.000,00		3.200.000,00
09.271.0025	INATIVOS	3.200.000,00		3.200.000,00
	SAÚDE	22.726.460,00	24.509.800,00	47.236.260,00
	ATENÇÃO BÁSICA	5.105.000,00	4.625.200,00	9.730.200,00
10.301.0054	SAÚDE PÚBLICA	5.105.000,00	4.625.200,00	9.730.200,00
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	16.588.460,00	19.103.600,00	35.692.060,00
10.302.0054	SAÚDE PÚBLICA	16.588.460,00	19.103.600,00	35.692.060,00
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	380.000,00	465.000,00	845.000,00
10.304.0054	SAÚDE PÚBLICA	380.000,00	465.000,00	845.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8
Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Ordinária	Vinculado	Total
10.305.0054	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	653.000,00	316.000,00	969.000,00
	SAÚDE PÚBLICA	653.000,00	316.000,00	969.000,00
	EDUCAÇÃO	35.505.800,48	13.384.500,00	48.890.300,48
		518.000,00	2.163.000,00	2.681.000,00
12.306.0009	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	518.000,00	2.163.000,00	2.681.000,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	13.285.100,00	5.518.000,00	18.803.100,00
	ENSINO FUNDAMENTAL	1.514.000,00		1.514.000,00
12.361.0044	ADMINISTRAÇÃO GERAL - MANUT. DA DIRET. DE EDUCAÇÃO	11.771.100,00	5.518.000,00	17.289.100,00
12.361.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.334.000,00	788.000,00	2.122.000,00
	ENSINO MÉDIO	1.324.000,00		1.324.000,00
12.362.0010	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO	10.000,00	788.000,00	798.000,00
12.362.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	20.242.400,00	4.915.500,00	25.157.900,00
	EDUCAÇÃO INFANTIL	20.242.400,00	4.915.500,00	25.157.900,00
12.365.0055	EDUCAÇÃO PARA TODOS	126.300,48		126.300,48
12.366.0055	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	126.300,48		126.300,48
	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
	CULTURA	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
13.392.0008	DIFUSÃO CULTURAL	2.214.250,00	1.800.000,00	4.014.250,00
	PROMOÇÃO CULTURAL	13.141.000,00	1.774.000,00	14.915.000,00
	URBANISMO	7.832.000,00	1.563.000,00	9.395.000,00
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.832.000,00	1.563.000,00	9.395.000,00
15.451.0021	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	5.309.000,00	211.000,00	5.520.000,00
	SERVIÇOS URBANOS	5.309.000,00	211.000,00	5.520.000,00
15.452.0017	VIAS URBANAS		220.000,00	220.000,00
	HABITAÇÃO		220.000,00	220.000,00
	HABITAÇÃO URBANA		200.000,00	200.000,00
16.482.0058	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		20.000,00	20.000,00
16.482.0060	CONJUNTO HABITACIONAL GILDO GERALDO		20.000,00	2.424.500,00
	AGRICULTURA	2.404.500,00		2.424.500,00
	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.404.500,00	20.000,00	2.424.500,00
20.601.0056	CIDADE LIMPA	1.550.000,00	20.000,00	1.570.000,00
20.601.0059	ESTRADAS VICINAIS	854.500,00		854.500,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

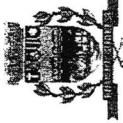
Orçamento para 2015

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	INDÚSTRIA	107.000,00		107.000,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	107.000,00		107.000,00
	PROGRAMAS DE INSTALAÇÃO EMPRESAS	107.000,00		107.000,00
22.661.0030	TRANSPORTE	1.725.000,00		1.725.000,00
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.725.000,00		1.725.000,00
26.782.0057	MOBILIDADE URBANA	1.970.345,00		1.970.345,00
	DESPORTO E LAZER	1.970.345,00		1.970.345,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.970.345,00		1.970.345,00
27.812.0013	DESPORTO AMADOR	1.970.345,00		1.970.345,00
	ENCARGOS ESPECIAIS	2.301.000,00		2.301.000,00
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.166.000,00		2.166.000,00
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	135.000,00		135.000,00
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00		100.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	100.000,00		100.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00		100.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00		100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00		100.000,00
TOTAL GERAL		109.533.135,48	45.040.604,40	154.573.739,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
Estado de São Paulo

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL
1 LEGISLATIVO	2.230.000,00			16.939.580,00	
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA					
TOTAL	2.230.000,00			16.939.580,00	



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	1.215.000,00		7.085.504,40	3.200.000,00	47.236.260,00
TOTAL	1.215.000,00		7.085.504,40	3.200.000,00	47.236.260,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA		48.890.300,48	4.014.250,00		14.915.000,00
TOTAL		48.890.300,48	4.014.250,00		14.915.000,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	220.000,00				2.424.500,00
TOTAL	220.000,00				2.424.500,00



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA		107.000,00			
TOTAL		107.000,00			



PREFEITURA MUNIC DE MOCOCA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2015

ÓRGÃO	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 LEGISLATIVO				2.230.000,00
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA	1.725.000,00	1.970.345,00	2.301.000,00	152.343.739,88
TOTAL	1.725.000,00	1.970.345,00	2.301.000,00	154.573.739,88